

PDI Plano de
Desenvolvimento
Institucional
2014 - 2018



INSTITUTO FEDERAL
AMAZONAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2014-2018



Coari-AM, junho de 2014

JURANDY MOREIRA MACIEL AIRES DA SILVA

**Diretor Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-
Campus Coari**

GERALDO SOUZA DE LIMA

Departamento de Administração e Planejamento

IRACEMA RAMOS MARTINS

Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão

Comissão Local do PDI

Organização e Sistematização no *Campus*

IRACEMA RAMOS MARTINS
Presidente da Comissão

YGOR OLINTO CAVALCANTE
Membro: Coordenador Geral Acadêmico

CARLOS HENRIQUE FERREIRA NETO
Membro representante do corpo docente

JOSÉ ROSELITO CARMELO DA SILVA
Membro: Coordenador dos Cursos Superiores

ELDER MORIZ CORREA
Membro: Técnico em Assuntos Educacionais

GENIVAL NUNES DE SOUZA
Membro: Técnico em Assuntos Educacionais

MAURÍCIO ROBERTO DA SILVA
Membro: Pedagogo

GERALDO DE SOUZA LIMA
Membro: Departamento de Administração e Planejamento

AUDINETE DA SILVA PEREIRA
Membro: Representante do DAP

ANDREA BAIMA DO LAGO SILVA
Membro representante do corpo docente

ANDRÉ LUIZ LARANJEIRA ROCHA
Membro: Chefe de Gabinete da DG

ROGÉRIO CAXIAS ARAÚJO
Membro: Coordenador da CRA

PAULO WILLIAN ZANE CAETANO
Representante do Grêmio Estudantil

Sumário

Introdução.....	08
1. Perfil Institucional	09
1.1. Histórico	09
1.2. Premissas básicas.....	11
1.2.1. Missão.....	11
1.2.2. Visão.....	11
1.2.3. Princípios.....	11
1.3. Análise de ambiente.....	11
1.3.1. Ambiente externo (oportunidades/Ameaças).....	11
1.3.2. Ambiente Interno (Pontos fortes/Pontos Fracos).....	11
1.4. Objetivos e Metas.....	14
1.5. Oferta e Expansão.....	18
1.5.1. Vagas ofertadas e preenchidas.....	18
1.5.2. Recursos Humanos.....	21
2. Organização Administrativa.....	22
2.1 Organograma.....	22
2.2 Órgãos Colegiados.....	24
2.2.1 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	24
2.2.2 Conselho Educacional.....	24
2.2.3 Conselho de Classe.....	25
2.2.4 Comissão Disciplinar.....	26
3. Projeto Pedagógico Institucional	27
3.1 Inserção Regional.....	27
3.2 Princípios Filosóficos e Técnicos metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição.....	28
3.3 Principais projetos.....	30
3.4 Avaliação e atualização.....	35

4. Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos presenciais e a distância	37
4.1. Cronograma de Implantação de Curso.....	37
5. Perfil do corpo docente	38
5.1. Composição do quadro de docentes efetivos	38
5.2. Composição do quadro de docentes substitutos	39
5.3. Situação atual do quadro docente	40
5.4. Composição do Quadro Técnico-Administrativo	40
5.5. Plano de carreira	42
5.6. Critérios de seleção e contratação	45
5.7. Procedimentos para substituição	45
6. Política de atendimento ao discente	45
6.1. Atividades de apoio pedagógico	45
6.2. Programas de apoio financeiro (bolsas)	46
6.3. Estímulo à permanência	46
6.4. Organização Estudantil	47
6.5. Ações de acompanhamento dos egressos	47
7 Infraestrutura	48
7.1. Relação de infraestrutura física	48
7.2. Laboratório de Informática	48
7.3. Laboratório de Rede de Computadores	51
7.4. Laboratório de Manutenção e Suporte.....	52
7.5. Cronograma de expansão da estrutura física.....	53
8. Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional	55
8.1. Etapas do processo de autoavaliação.....	56
8.2. Dimensões a serem avaliadas.....	57
8.3 Periodicidade de Avaliação.....	63
9. Aspectos financeiros	64
9.1. Demonstrativo anual do planejamento econômico financeiro do campus	64

10 Referências.....	66
Anexo	68
Anexo A- Equipamentos.....	69
Anexo B- Acervo Bibliográfico.....	70
Anexo C- Quadro dos educandos matriculados/2014.....	71
Anexo D- Indicadores de rendimento escolar dos anos de 2011, 2012 e 2013.....	72

Introdução

O documento ora apresentado tem fundamental relevância no contexto das Políticas Públicas Educacionais do Município de Coari - AM. Surgiu da necessidade do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas-Campus Coari, de tornar o processo educacional mais participativo, com engajamento da comunidade educativa. É reflexo de uma forma de vermos a realidade como algo construído historicamente pelos seres humanos.

Desse modo, no primeiro momento, foi realizada uma campanha de sensibilização dos atores educativos internos e externos acerca da relevância deste plano de desenvolvimento institucional para a comunidade acadêmica e em consequência para a comunidade coariense.

Portanto, nesta caminhada de construção deste plano, nos deparamos com vários desafios, que foram sendo vencidos a cada momento. O principal desafio vencido foi a descrença na relevância de um plano construído coletivamente, que pudesse transformar a realidade educacional e o planejamento estratégico deste IF.

Perfil Institucional

1.1. Histórico

No dia 18 de dezembro de 2006 o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Coari foi autorizado mediante a Portaria de nº 1.970 do Ministério da Educação. Começaram então as obras para a construção da unidade. (início).

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e a Prefeitura Municipal de Coari.

O ano letivo de 2007 iniciou no dia 22 de fevereiro de 2007. A comunidade da UNED-COARI era composta por dezenove servidores docentes, dezesseis servidores na área administrativa e duzentos e quarenta discentes. As dificuldades foram inúmeras, não havia equipamentos nos laboratórios nem nos setores administrativos. O processo ensino-aprendizagem contou apenas com as habilidades dos docentes e técnicos administrativos.

A UNED-COARI funcionou inicialmente nas dependências do prédio do Serviço Social do Comércio - SESC LER – consolidando uma de suas parcerias, ministrando à comunidade coariense os seguintes Cursos Técnicos: Integrados e Subsequenciais em Edificações e em Informática.

No dia 29 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei 11.892 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Adequando-se a essa Lei, a UNED-Coari passou a denominar-se Campus Coari. As novas instalações do Campus Coari, localizada na Estrada Coari-Itapeua, km. 02, s/n - Bairro Itamaraty, tiveram suas atividades letivas iniciadas em 05 de maio de 2008 e sua inauguração oficial aconteceu em 10 de setembro do mesmo ano, com a presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Atualmente, considerando o processo de ampliação da rede federal de educação, contamos no presente momento na sua estrutura organizacional - no seu

quadro funcional - com corpo docente composto por 37 professores, 28 técnico-administrativos e 771 educandos matriculados, distribuídos nos cursos Técnicos de Administração, Manutenção e Suporte de Informática, Rede de Computadores, Informática, nas modalidades de integrado ao Ensino Médio, Subsequencial e PROEJA. Também ofertamos cursos de qualificação profissional no Programa Mulheres Mil e o PRONATEC-Programa Nacional de Acesso ao ensino técnico e Emprego, com três cursos técnicos (Agente Comunitário de Saúde, Secretariado e Recursos Humanos), além de cursos FIC-cursos de formação inicial e Continuada, com cursos na área de construção civil, gestão e negócios. Além desses cursos estão sendo oferecidos os Cursos na modalidade de Educação à Distância (EAD), como Técnico em Multimeios Didáticos, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Eventos, dentre outros.

O Campus Coari, enquanto estrutura integrante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, tem por finalidade proporcionar o ensino de qualidade através de qualificação e requalificação profissional, bem como, Pesquisa e Extensão a fim de atender a demanda da Micro - região de Coari. Tem como atual Diretor Geral **Jurandy Moreira M. Aires da Silva**.

1.2. Premissas básicas

1.2.1. Missão

Promover a Educação com excelência por meio do Ensino, da Pesquisa e Extensão com inovação para a região do Médio Solimões, no Estado do Amazonas.

1.2.2. Visão

Ser referência na formação intercultural, profissional e tecnológica na região do Médio Solimões.

1.2.3. Princípios

Cidadania, Ética, Humanização, Excelência, Responsabilidade.

1.3. Análise de ambiente

1.3.1. Ambiente externo (oportunidades/Ameaças)

Oportunidades

- Parcerias com órgãos e Instituições do município como: Prefeitura Municipal de Coari, SEMED, SEDUC, IDAM, SENAI, SENAC, SESI, SESC, PETROBRAS, UFAM, UEA, UNOPAR, UNIP, etc.

Ameaça

- Alto índice de consumo de drogas ilícitas no Município.

1.3.2. Ambiente Interno (Pontos fortes / Pontos Fracos)

-Pontos Fortes

- Dispomos de um site da Institucional;
- O diálogo da Direção Geral;
- Equipe qualificada, com alguns docentes Pós-graduados em nível de mestrado e doutorado;
- Boa imagem da Instituição;
- Implementação de Projetos Interdisciplinares;
- Desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão por professores, técnicos e discentes;
- Bolsas diversas (Programas Integrais).

- Implantação e implementação de Projetos Integrais.
- Benefícios de Assistência Estudantil;
- Manutenção física do CAMPUS;
- Temos um Odontólogo, sendo que o consultório está em fase de implementação;

- Autonomia elétrica (Motor de energia elétrica);

- Infra - estrutura do Campus;

- Autonomia financeira;

- Recurso financeiro razoável para o Campus;

- Implantação e implementação de Programas Federais de Educação Profissionalizante.

- Implantação de Programas como o PRONATEC-Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Cursos Concomitantes e FIC), Programa Mulheres Mil, etc.

- Ofertas de Bolsas formação aos docentes;

- Um Comprometimento significativo dos docentes em melhorar sua prática pedagógica;

- Um compromisso significativo de boa parte dos educandos;

- Implantação dos Cursos de EAD- Educação a distância a níveis de Ensino Técnico Subsequente e Especialização.

- Pontos Fracos

- Deficiência na comunicação e divulgação dos informes por parte de alguns setores;

- Centralização de algumas tomadas de decisão por parte de algumas coordenações;

- O Ensino Médio de quatro anos, colaborou para uma taxa significativa de aumento nos índices de transferência e insatisfação de uma parte relevante da comunidade externa;

- Desvalorização do servidor/educando dentro do contexto mais amplo (sistêmico), no sentido financeiro e de planejamento estratégico da formação continuada;

- Falta de elaboração dos Planos de ação dos setores, para 2014;
- Rotatividade de servidores entre os campi, inclusive os IF de outros Estados;
- Ausência de auxílio moradia para docentes do interior do Estado;
- Ausência do auxílio localidade para docentes do interior do Estado;
- Adequação dos valores de auxílio transporte;
- Divulgação do IFAM, nas Escolas de 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio;
- Falta de um substituto concursado para a assistente social e psicóloga;
- Falta de um aprimoramento maior do serviço do setor pedagógico para com os educandos, pais e docentes levando em consideração o planejamento da Diretoria de Ensino;
- Alguns educandos apresentam sintomas de consumo de drogas ilícitas;
- Falta de assistência médica a discentes e servidores;
- Carência de professores da área técnica e humanas;
- Demora por parte de alguns docentes, no registro de notas, frequência e conteúdo no sistema Q- Acadêmico dentro dos prazos estabelecidos;
- Ausência de agilização na criação dos diários e manutenção dos mesmos, por algumas coordenações imediatas.
- Ausência de professores (algumas faltas não justificadas);
- Evasão (PRO-EJA/Principalmente no NOTURNO);
- Falta de bastante comprometimento por parte de alguns servidores;
- Má qualidade no serviço de Internet, no que diz respeito ao gerenciamento da distribuição do sinal dentro do Campus e também quanto à velocidade de acesso.
- Falta de um sistema de internet WI FI para os educandos;
- Falta de um plano de formação continuada para os servidores;
- Ausência de um Conselho Educacional que privilegie a participação dos educandos, pais e comunidade local de forma paritária e efetiva.
- Ausência de agilização nas compras de material para as atividades didático-pedagógicas.
- Os educandos estão finalizando os Cursos Técnicos e uma grande parcela fica sem sua inserção no mercado de trabalho, sendo que o PRONATEC poderia incluir uma parcela destes educandos como Instrutores dos Cursos FIC;
- Tímida participação de pais e educandos nas reuniões e encontros.

1.4. Objetivos e Metas

OBJETIVOS	METAS
<p>•Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;</p> <p>•Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;</p> <p>Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de</p>	<p>I. Valorização do Ensino</p> <p>a) Implantar, com o apoio da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento com recursos orçamentários e extras orçamentários, programa de Assistência Estudantil no âmbito do IFAM visando o acesso, permanência e a conclusão de curso pelos estudantes;</p> <p>b) Implantar programa de melhoria da qualidade do ensino a partir de indicadores empregados para avaliar o ensino profissional técnico de nível médio e o ensino superior;</p> <p>c) Valorizar a prática docente através de capacitação, certificação de atividades, horizontalização dos ambientes de convivência e acessória pedagógica;</p> <p>d) Incentivar a participação em programas de desenvolvimento técnico-científico, tais como: Programa Especial de Treinamento (PET), Programa de Iniciação a Docência (PIBID), Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA) e outros com o mesmo propósito;</p> <p>e) Ampliar a oferta de vagas dos cursos Técnicos integrados com o ensino médio para atender a demanda do público jovem e adulto e comunidades;</p> <p>f) Implementar 100% a organização administrativo-</p>

<p>soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;</p> <p>Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;</p> <p>Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;</p> <p>Ministrar em nível de</p>	<p>pedagógica dos cursos ofertados pelo IFAM CAMPUS COARI, no ano de 2014 a 2018;</p> <p>g) Redução da Evasão Escolar para 5% a 10% ao ano até 2018;</p> <p>h) Projetos Interdisciplinares envolvendo discentes e docentes;</p> <p>i) Aumento da Aprovação Institucional de 5% a 10% ao ano até 2018;</p> <p>II - Assistência Estudantil</p> <p>Atuar de forma integrada com os serviços de apoio acadêmico (Serviço Social, Psicólogos, Pedagogos, Médicos e Dentistas) para realização de palestras, seminários e workshops abordando temas relacionados: juventude, ética, saúde, educação e cidadania, divulgação dos direitos e deveres dos estudantes definidos pelo regime disciplinar;</p> <p>Discutir com os campi programas voltados para o tema moradia, alimentação, transporte e saúde de estudantes oriundos de outros municípios;</p> <p>Construir modelo de monitoria para atender as especificidades acadêmicas dos campi do IFAM;</p> <p>Promover palestras de orientação profissional para os vários níveis de ensino;</p>
---	---

<p>educação superior: cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;</p> <p>cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;</p> <p>d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;</p> <p>e) cursos de pós-graduação</p>	<p>e) Uma Instituição integrada com a comunidade Externa;</p> <p>f) Projetos de Extensão que envolva as comunidades carentes do município;</p> <p>III - Inclusão Social</p> <p>Implantar programa de acesso ao ensino profissional técnico de nível médio e ensino superior de Pessoas com Deficiências numa perspectiva de Inclusão Social;</p> <p>Adotar o ENEM para o acesso aos cursos superiores;</p> <p>c) Participar de programas que visam ao desenvolvimento de ações voltadas as Pessoas com Deficiência, tal como o Programa Incluir;</p> <p>IV - Ampliação do Ensino</p> <p>Ofertar curso de licenciatura para professores da rede pública de ensino para atender o Plano de Ações Articuladas nas formatações: 1ª licenciatura, 2ª licenciatura e complementação pedagógica;</p> <p>Implantar cursos de nível superior observando as especificidades locais;</p> <p>Desenvolver ação acadêmica para garantir os percentuais de vagas a serem oferecidas pelo IFAM conforme art. 8º da Lei 11.892 de 29.12.2008: o mínimo de 50% das vagas para o ensino profissional técnico de nível médio, o mínimo de 20% para cursos de licenciaturas e no máximo 30% para cursos de bacharelados e engenharias;</p>
---	---

<p>stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.</p>	<p>V - Programas de Educação à Distância EaD/UAB</p> <p>Implantar a modalidade de Educação à Distância (EaD) como atividade regular do ensino profissional técnico de nível médio e ensino superior;</p> <p>Participar das políticas voltadas para a Universidade Aberta (UAB) na forma de projetos voltados ao modelo de Educação Profissional e Tecnológica;</p> <p>VI - Mobilidade Acadêmica</p> <p>Promover a interação entre os campi do IFAM numa perspectiva de rede social visando a troca de conhecimentos e experiências;</p> <p>Incentivar o intercâmbio do corpo docente dos campi do IFAM para troca de experiências e realização de atividades acadêmicas e de pesquisa;</p> <p>Ampliar a participação do corpo docente do IFAM nos diferentes níveis e modalidades de ensino de forma simultânea e específica;</p> <p>VI – Organização Administrativa</p> <p>Planos dos setores do campus, elaborados em novembro e dezembro, para o ano letivo posterior.</p> <p>Plano Institucional reelaborado em janeiro de 2014.</p>
--	--

Fonte: Artigo 7º da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e Equipe Técnico-Pedagógica do IFAM/CCO.

1.5. Oferta e Expansão

1.5.1. Vagas ofertadas, preenchidas e projetadas

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA	ALUNOS MATRICULA-DOS		PREVISÃO DE MATRICULA				
				1º/14	2º/14	Com % de Eficácia/Por Ano				
						ANO(S) LETIVO(S)				
						14	15	16	17	18
Técnico de nível médio na forma INTEGRADO	Técnico em Informática	3 ANOS	248	88	-	88	40	40	40	40
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	3 ANOS	187	107	-	107	-	40	40	-
	Técnico em Rede de Computadores	3 ANOS	29	29	-	-	-	-	-	-
	Técnico em Administração/PROEJA	3 ANOS	240	40	40	80	-	40	80	40
	Técnico em Administração	3 ANOS	160	-	-	-	40	40	40	40
	Técnico em Edificações	3 ANOS	160	-	-	-	40	40	40	40
	Subtotal		1024	264	40	304	120	200	240	160
Técnico de nível médio SUBSE-QUENTE	Técnico em Informática	1,5 ANOS	185	25	40	65	-	40	40	40
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	1,5 ANOS	230	70	-	70	40	40	40	40
	Técnico em Administração	1,5 ANOS	308	68	40	108	40	80	40	40
	Técnico em Edificações	1,5 ANOS	145	25	-	25	-	40	40	40
	Subtotal		868	188	80	268	80	200	160	160
EAD	Agente Comunitário de Saúde	1,5 ANOS	173	93	-	93	40	40	-	-
	Secretaria Escolar	1,5 ANOS	141	61	-	61	40	40	-	-
	Técnico em Meio Ambiente	1,5 ANOS	128	48	-	48	40	-	-	40

	Técnico em Recursos Pesqueiros	1,5 ANOS	80	-	-	-	-	40	-	40
	Subtotal		522	202	-	202	120	120	-	80
PRONATEC/CONCOMITANTE	Técnico em Recursos Humanos	1,5 ANOS	155	35	40	75	-	40	-	40
	Técnico em Meio Ambiente	1,5 ANOS	120	-	-	40	-	40	-	40
	Técnico em Informática	1,5 ANOS	120	-	-	40	-	40	-	40
	Técnico em Secretariado Escolar	1,5 ANOS	155	35	40	75	-	40	-	40
	Técnico em Agente Comunitário de Saúde	1,5 ANOS	155	35	40	75	-	40	-	40
	Subtotal		705	105	120	305	-	200	-	200
PRONATEC-FIC	Instalador e reparador de Redes de Computadores	200 horas	40	-	-	20	-	-	20	-
	Inglês Básico	180 horas	80	-	-	40	-	-	40	-
	Recepcionista	180 horas	80	-	-	40	-	-	40	-
	Aquicultor	200 horas	70	-	-	35	-	-	35	-
	Operador de Computadores	200 horas	60	-	-	30	-	-	30	-
	Língua Brasileira de Sinais (Básico)	180 horas	80	-	-	40	-	-	40	-
	Agente de inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso a Internet	200 horas	120	-	-	60	-	-	60	-
PRONATEC/Mulheres Mil	Controlador e Programador de Produção	160 horas	200	100	100	200	-	-	-	-
	Subtotal		730	100	100	465	-	-	265	-

TOTAL		3.849	859	340	1.544	320	720	665	600
--------------	--	--------------	------------	------------	--------------	------------	------------	------------	------------

Fonte: Departamento de Ensino, pesquisa e Extensão

1.5.2. Recursos Humanos

CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE DO CAMPUS 2014-2018

TITULAÇÃO MÁXIMA	REGIME DE TRABALHO			2014	2015 (40h)	2016 (40h)	2017 (40h)	2018 (40h)
	*20h	*40h	*DE					
Graduado	1	21	8	22	10	5	0	0
Especialista	0	5	5	5	5	5	2	2
Mestre	1	7	7	8	5	5	0	0
Doutor	0	2	2	2	3	4	0	0
Total	2	35	22	37	23	19	2	2

Fonte: Coordenação de Administração de Pessoal

Legenda:

*20h – Tempo parcial;

*40h – Tempo integral;

*DE – Regime de trabalho Dedicção Exclusiva.

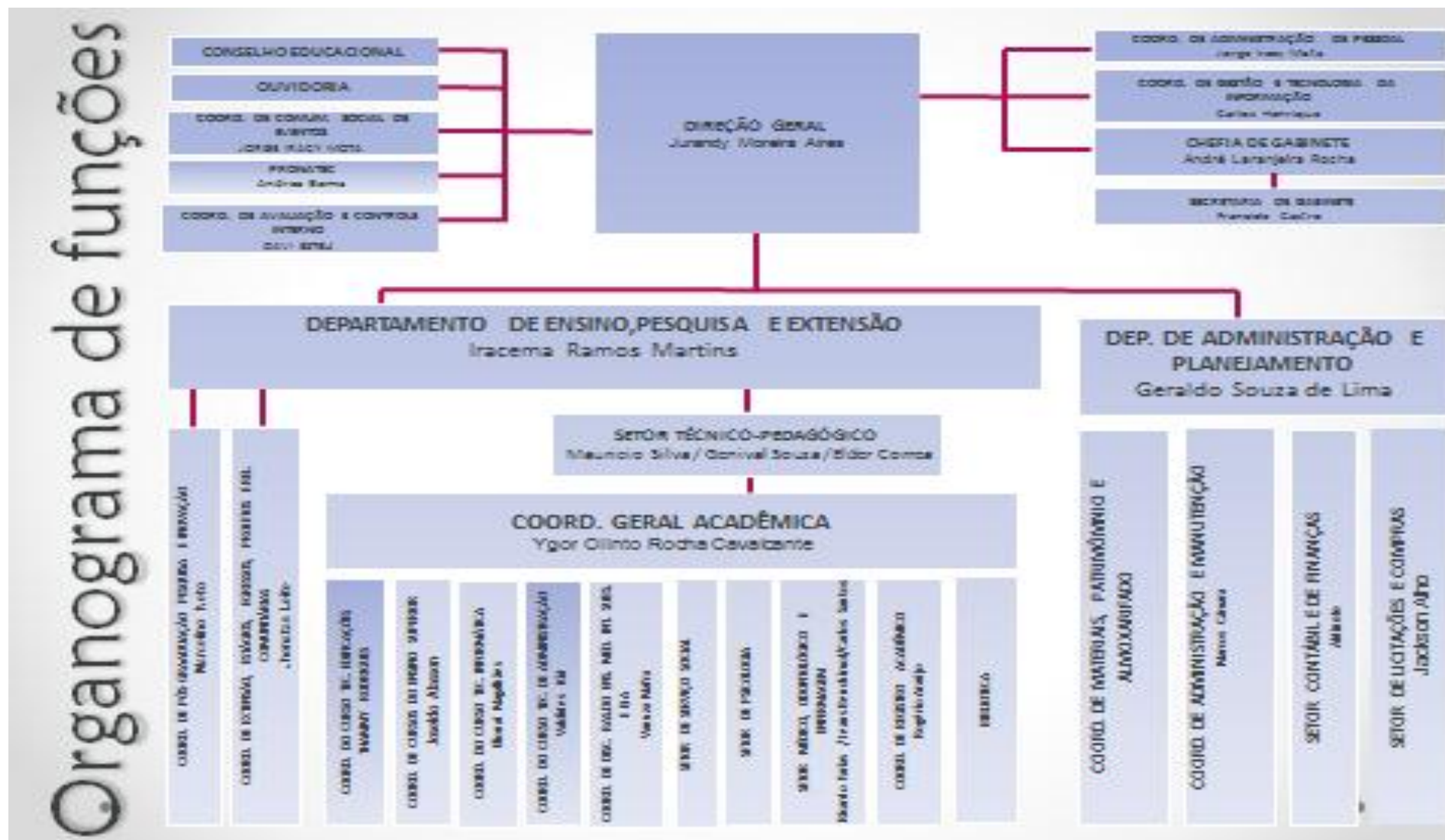
CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO CAMPUS 2014-2018

Nível/Classe	Regime de trabalho	2014	2015	2016	2017	2018
Classe C – NI	40 h/semanal	3	3	0	0	0
Classe D – NI	40 h/semanal	17	3	0	0	0
Classe E – NS	40 h/semanal	8	3	3	3	3
Total		28	9	3	3	3

Fonte: Departamento de Administração e Planejamento do Campus.

2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1. Organograma



Diretoria geral:

- Chefe de Gabinete.
- Secretaria de Gabinete
- Ouvidoria
- Conselho Educacional
- Coordenação de Comunicação Social e de Eventos
- PRONATEC
- Coordenação de Avaliação e Controle interno

Departamento de Administração e Planejamento

- Coordenação de Administração de Pessoal
- Coordenação de Gestão e Tecnologia da Informação
- Coordenação de Materiais, Patrimônio e Almoxarifado
- Coordenação de Administração e Manutenção
- Setor Contábil e de Finanças
- Setor de Licitações e Compras

Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão

- Setor Técnico-Pedagógico
- Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação
- Coordenação de Extensão, Estágios, Egressos, Projetos e Relações

Comunitárias ;

- Coordenação Geral Acadêmica
- Coordenação de Registro Acadêmico
- Coordenação de Cursos do Ensino Superior
- Coordenação do Curso Técnico em Edificações
- Coordenação do Curso Técnico em Informática
- Coordenação do Curso Técnico em Administração
- Coordenação das disciplinas básicas do Ensino Médio Integrado,

Subsequencial e EJA.

- Setor de Serviço Social
- Setor de Psicologia
- Setor Médico/Odontológico/Enfermagem

- Biblioteca

2.2 Órgãos Colegiados

2.2.1 Conselho de ensino, pesquisa e extensão

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Em fase de Implantação) é um órgão consultivo, deliberativo e normativo no âmbito de sua atuação, sendo constituído por três representantes eleitos por seus pares nos segmentos de gestores, docentes e técnicos administrativos, tendo sua organização e funcionamento regulamentados por meio de Regimento próprio.

Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

I – elaborar e alterar o seu próprio Regimento e encaminhá-lo ao Conselho Superior para análise e aprovação;

II – analisar e emitir parecer sobre normas acadêmicas e pedagógicas no âmbito do ensino, que deverão ser submetidas à aprovação do Conselho Superior;

III – analisar e emitir parecer sobre assuntos que lhe forem submetidos, relativos às atividades educacionais, encaminhados pela Reitoria ou pelas Diretorias-Gerais dos *campi*;

IV – sugerir adequações, alterações, inclusões ou exclusões de matérias referentes ao Ensino, Pesquisa e Extensão no Regulamento da Organização Didático-Acadêmica, nas Normas Acadêmicas, nos Regimentos Específicos Sistêmicos do IFAM e no Regimento Interno dos *campi*, submetidas à aprovação do Conselho Superior;

V – subsidiar as Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão no tocante às políticas de sua área de atuação.

2.2.2 Conselho Educacional

O Conselho Educacional (em fase de implantação) de *Campus* é um órgão de natureza consultiva, de caráter multi e interdisciplinar, responsável pela análise de assuntos acadêmicos e didático-pedagógicos dos respectivos *campi* do IFAM.

O Conselho Educacional, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor, tem a seguinte composição:

I – o Diretor Geral do *Campus*, seu presidente;

II – os Diretores de Ensino, de Administração, de Pesquisa, Extensão, Inovação Tecnológica e Pós-Graduação do *Campus* ou profissionais ocupantes de funções equivalentes;

III – 02 (dois) representantes da equipe técnico-administrativa, sendo 01 (um) necessariamente Técnico Administrativo em Educação no cargo de Pedagogo, em efetivo exercício, indicados por seus pares;

IV – 06 (seis) representantes do segmento docente, do quadro efetivo permanente, em efetivo exercício, indicados por seus pares;

V – 02 (dois) representantes do segmento discente, preferencialmente 01 (um) do curso diurno e 01 (um) do curso noturno, com matrícula regular ativa, eleitos entre os representantes de turma;

VI – 01 (um) representante dos egressos, indicado pelos seus pares;

VII – 01 (um) representante dos pais de discentes, indicado por seus pares;

VIII – 03 (três) representantes da sociedade civil, convidados pelo Diretor Geral do *Campus*, dentre as entidades ou empresas com maior nível de interação e parceria com a Instituição.

As normas para a eleição dos representantes do Conselho Educacional, bem como os regulamentos sobre o seu funcionamento, serão fixadas em regimento próprio, submetido à aprovação do Conselho Superior.

Compete ao Conselho Educacional:

I – subsidiar o Diretor Geral do *Campus* com informações da comunidade, relativas a assuntos administrativos, educacionais, de pesquisa e de extensão;

II – avaliar as diretrizes e metas de atuação do *Campus* e zelar pela execução de sua política educacional;

III – analisar e recomendar o calendário acadêmico de referência do *Campus*;

IV – assessorar a Direção Geral do *Campus* na divulgação das atividades da Instituição junto à sociedade;

V – Opinar sobre questões submetidas a sua apreciação.

2.2.3 Conselho de Classe

O Conselho de Classe tem caráter consultivo e deliberativo, sendo sua instância de atuação no âmbito dos *campi* do IFAM para o acompanhamento do processo ensino e aprendizagem, notadamente o que se refere à avaliação e condução sistemática das ações didático-pedagógicas.

O Conselho de Classe terá a seguinte composição:

I – diretor de Ensino do *Campus* ou equivalente;

II – coordenador de Ensino/Curso/Área/Eixo Tecnológico;

III – equipe técnico-pedagógica;

IV– todos os docentes da turma;

V– 02 (dois) representantes discentes de turma, preferencialmente, representante de turma e o vice.

O Conselho de Classe será presidido pelo Diretor de Ensino do *Campus* ou equivalente.

Compete ao Conselho de Classe:

I – analisar dados referentes ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, à relação docente-discente, ao relacionamento entre os próprios discentes e a outros assuntos específicos das turmas;

II – propor medidas didático-pedagógicas para superar as dificuldades detectadas;

III – deliberar a respeito da promoção final dos discentes, respeitando-se as normativas e legislações vigentes;

As normas do Conselho de Classe, bem como os regulamentos sobre o seu funcionamento, serão fixadas pela Pró-Reitoria de Ensino conjuntamente com os *campi*, e submetida à aprovação do CONSUP.

2.2.4 Comissão Disciplinar

A Comissão Disciplinar de *Campus* é órgão de assessoria da Direção Geral em assuntos relativos às normas disciplinares do segmento discente.

A Comissão Disciplinar é formada pelo Diretor de Ensino do *Campus* ou equivalente, 02 (dois) docentes, 01 (um) Pedagogo ou 01 (um) Técnico de Assuntos Educacionais, 01 (um) Assistente Social e 01 (um) Psicólogo, designados pela Diretoria Geral do *Campus*, com objetivos e prazos predefinidos para atuar circunstancialmente sobre uma situação temporária e específica.

Compete à Comissão Disciplinar:

I – apurar os atos indisciplinados;

II – recomendar medidas socioeducativas;

III – encaminhar discentes ao Serviço de Psicologia ou Serviço Social, quando o caso requerer;

IV – propor medidas socioeducativas preventivas e alternativas para minimizar a indisciplina no *Campus*.

As normas da Comissão Disciplinar, bem como os regulamentos sobre o seu funcionamento, serão fixadas pela Pró-Reitoria de Ensino conjuntamente com os *campi*, e submetida à aprovação do CONSUP.

3 Projeto Pedagógico Institucional

3.1 Inserção Regional

No contexto atual do Brasil e da América Latina, é perceptível questões como a globalização da economia, o neoliberalismo que preconiza o Estado Mínimo e o avanço do Capitalismo exacerbado. O aumento das desigualdades sociais, causados por vários fatores como a corrupção na política, a inversão de valores morais e éticos, aumento do desemprego e consumismo desenfreado, os quais causam uma concentração de renda na mão de uma minoria, tem ocasionado uma exclusão sócio - econômica da grande maioria da população.

Contraponto a esta lógica, estão as questões ambientais, onde a sociedade assume uma consciência de que esta questão passa a ser importante para a sobrevivência da própria humanidade, acarretando necessidade urgente da priorização da modificação dos processos produtivos voltados, em grande parte, à conservação ambiental.

Nesta perspectiva, o município de Coari, a 365 km de Manaus, tem uma das principais reservas de gás natural e o gasoduto Coari-Manaus que é o mais importante gasoduto do norte do país, podendo transportar milhões de m³/dia de gás natural do Polo de Urucu. De acordo com informações obtidas por pesquisa (2007) realizadas por este Instituto Federal, já mostrava que há a necessidade por capacitação técnica, sendo maior na área de informática (67%) seguida de Meio Ambiente (58,30%) Eletrônica (54,10%), Mecânica (50%), Segurança do Trabalho (45,8%) Eletrotécnica (37,5%) e Construção Civil (29%) (PPPI, CEFETAM,2006). Em complemento a isso, em uma outra pesquisa realizada em maio de 2014, com os educandos finalistas do Ensino Médio de Escolas Estaduais e do IFAM CCO, comprovou-se estatisticamente que os principais cursos de nível superior solicitados pela comunidade interna e externa são: Licenciaturas: Informática (43,82%), Ciências Biológicas (21,49%); Tecnólogo: Agroecologia (12,69%), Sistemas de Telecomunicações (11,18%); Engenharias: Mecânica (47,52%), Engenharia Civil (19,57%).

Com a ampliação dos Cursos de EAD, o IFAM CCO passou a atender municípios adjacentes levando educação para o Médio Solimões, como Codajás, Beruri, Anamã, Anori e outros, com cursos técnicos e de qualificação profissional.

3.2 Princípios Filosóficos e Técnicos metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição

3.2.1 Princípios Filosóficos e Teóricos Metodológicos

No que tange ao tipo de ser humano que queremos aprimorar, é perceptível que a escola deve priorizar um sujeito histórico, participativo que constrói o seu conhecimento a partir da pesquisa como prática cotidiana na comunidade em que está inserido e na sala de aula. Dentro desta perspectiva, esperamos estar colaborando para o processo de democratização do conhecimento socialmente e historicamente construído e a própria democratização da sociedade.

Neste sentido, faz-se necessário que mais do que conhecimentos cognitivos, nós passemos a cultivar valores, hábitos e atitudes que sirvam para humanizar o indivíduo, tornando-o mais solidário, crítico, sensível as questões sociais, éticas, transformando-o em um cidadão honesto e participativo.

Diante deste contexto, a educação deve ser para a vida e não somente para a aquisição de conteúdos estáticos, tendo opções de acesso a conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Deve se basear na democracia e no diálogo entre os cidadãos, ensinando não só o que é proposto pelo currículo escolar, mas que também trabalha o que se passa na sociedade e a realidade do educando.

Quanto ao tipo de pedagogia que se adapta a essa ação transformadora, é a Tendência Pedagógica Progressista, sendo que temos como referência principalmente a Tendência Pedagógica Libertadora de Paulo Freire onde o educador faz a mediação entre o conhecimento e o educando, sendo a reflexão crítica e o diálogo nesta perspectiva instrumento efetivo no processo ensino-aprendizagem, através do incentivo e estímulo à pesquisa e investigação das dúvidas dos educandos, onde se procura desenvolver conjuntamente através da Pedagogia de Projetos, os conteúdos de forma interdisciplinar, contextualizados e transversal.

Para Freire (1996, p.47):

[...] numa perspectiva progressista. Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo ser um ser aberto a indagações, à curiosidades, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho- a de ensinar e não transferir conhecimento.

Desse modo, a instituição de ensino democrática aberta e participativa é caracterizada pela participação de todos os envolvidos nos processos decisórios. Sendo opções fundamentais em matéria pedagógica a partir da sensibilização do docente a cerca da interdisciplinaridade, a contextualização.

Diante deste Contexto, a democracia tem como fundamento legal da educação brasileira, presente na LDB-9394/96, que estabelece em seus artigos 3º, 14 e 15 que:

Art. 3º O Ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VIII- Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos Sistemas de Ensino;

Art 14 Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (BRASIL, 1997).

Neste sentido percebe-se a relevância da participação da comunidade local e escolar para o êxito de um Instituto Federal, como instituição que luta pelo bem estar da coletividade, preparando os educandos para o exercício pleno da cidadania.

Para LUCK (citado por BRITO, 2008, p.128)

[...] a participação ativa de todos os envolvidos em uma unidade social, para a tomada de decisão conjunta, mediante processo de planejamento participativo, pelo qual a realidade é analisada pela incorporação de diferentes olhares que, ao serem levados em consideração, permitem que as decisões tomadas o sejam a partir de uma visão abrangente das perspectivas de intervenção, além de garantirem o comprometimento coletivo com a implementação do planejado.

Desse modo, o envolvimento de toda a comunidade no processo ensino-aprendizagem é fundamental para o crescimento cognitivo-emocional e integral do educando comprometido com a justiça social.

3.2 Principais projetos

Ação: Programa de Apoio Pedagógico

Projeto 1 : Leitura do Mundo: Contribuindo na Formação de Cidadãos
Responsável: Genival Nunes de Souza

Objetivos	Descrição	Indicadores	Responsável (eis)	Valor
<ul style="list-style-type: none"> Despertar nos educandos do Ensino Médio Integrado o interesse e o prazer da leitura, rompendo com o paradigma da leitura por imposição. 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto constituído de atividades de leitura silenciosa e coletiva, exposição através de oficinas de leitura, teatro, musica, dramatizações, produções textuais e resenhas de literatura e livros lidos, nas salas de aulas, laboratórios de informática, auditório, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Benefício X Índice de Aprovação/reprovação. Nível de desempenho dos educandos. 	<ul style="list-style-type: none"> Coordenador do Projeto: Genival Nunes de Souza 	R\$ 7.900,00 X 4 (anos) = 31.600,00

Ação: Programa de Apoio Acadêmico e Monitoria

Projeto 2: Projeto de Monitoria: Praticando o Ensino para melhorar a Aprendizagem.
Responsável: Iracema Ramos Martins, Elder Moriz Correa, Mauricio Roberto da Silva.

Objetivos	Descrição	Indicadores	Responsável (eis)	Valor
<ul style="list-style-type: none"> Propiciar apoio acadêmico aos alunos matriculados nos cursos do IFAM/CCO através de monitoria, visando à consolidação de 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto constituído de atividades de monitoria entre alunos monitores e alunos aprendizes visando à superação de 	<ul style="list-style-type: none"> Benefício X Índice de Aprovação/reprovação. Nível de desempenho dos 	<ul style="list-style-type: none"> Coordenadores do Projeto: Iracema Ramos Martins, Elder Moriz Correa e Mauricio Roberto da Silva. Docentes do IFAM/CCO. 	R\$ 24.000,00 X 4 (anos) = 96.000,00

valores como senso de responsabilidade, cooperação, ética e interação.	déficit de aprendizagem nas diversas disciplinas dos cursos oferecidos pelo IFAM/CCO.	educandos. <ul style="list-style-type: none"> • Redução da taxa de Evasão. 		
--	---	---	--	--

Ação: Programa de Apoio Acadêmico e Monitoria

Projeto 3: Monitoria para as Práticas de Laboratórios para o curso de Edificações.

Responsável: Hudinilson Kendy de Lima Yamaguchi.

Objetivos	Descrição	Indicadores	Responsável (eis)	Valor
<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar o desenvolvimento dos cursos e/ou disciplinas ofertadas pelo IFAM/CCO, no aspecto teórico/prático, visando a melhoria do processo ensino aprendizagem dos educandos, nas disciplinas do curso técnico em edificações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto constituído de atividades de monitoria entre alunos monitores e alunos aprendizes, objetivando o desenvolvimento de ações teóricas e praticas de caráter pedagógico com a finalidade de superação das dificuldades de aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Benefício X Índice de Aprovação / reprovação. • Nível de desempenho dos educandos. • Realização de visitas técnicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenador do Projeto: Hudinilson Kendy de Lima Yamaguchi. • Docentes do Curso Técnico de Edificações do IFAM/CCO. 	R\$ 3.060,00 X 4 (anos) = 12.240,00

Ação: Programa de Apoio Acadêmico e Monitoria

Projeto 4: Visita Técnica à Empresa Moto Honda da Amazônia, no Polo Industrial de Manaus – PIM e IFAM Campus Distrito Industrial.

Responsáveis: José Roselito Carmelo da Silva, Valclides Kid Fernandes dos Santos e José Wulisses de Oliveira.

Objetivos	Descrição	Indicadores	Responsável (eis)	Valor
<ul style="list-style-type: none"> • Oportunizar aos alunos aprofundamento dos conhecimentos da ciência 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Interdisciplinar constituído de atividades de visita técnica, aplicação de entrevistas abertas e questionários, 	<ul style="list-style-type: none"> • Benefício X Índice de Aprovação/reprovação. • Nível de desempenho dos 	Coordenadores do Projeto: José Roselito Carmelo da Silva, Valclides Kid Fernandes dos Santos e José Wulisses de	R\$ 16.530,00 X 4 (anos) = 66.120,00

administração e sua correlação com aplicações tecnológicas.	elaboração de relatórios e apresentação de seminários.	de educandos. • Realização de visitas técnicas.	Oliveira.	
---	--	--	-----------	--

Ação: Programa de Apoio a Cultura, Esporte e Lazer.

Projeto 5: Cantata Natalina.

Responsáveis: Genival Nunes de Souza

Objetivos	Descrição	Indicadores	Responsável (eis)	Valor
<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar a comunidade estudantil sobre a importância de entender o verdadeiro sentido do Natal, preconizando valores como solidariedade, respeito ao próximo. 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Interdisciplinar constituído de atividades de pesquisa sobre a temática, ensaios de cantos e coreografias, dramatizações, teatro, criação/recriação de musicas, elaboração de relatórios produção textual. 	<ul style="list-style-type: none"> Benefício X Índice de Aprovação/reprovação. Nível de desempenho dos educandos. 	Coordenador do Projeto: Genival Nunes de Souza.	R\$ 11.073,50 X 4 (anos) = 44.294,00

Ação: Programa de Apoio Acadêmico e Monitoria

Projeto 6: Visita Técnica à 16ª CONSTRUNORTE e LAR DECOR

Responsável: Hudinilson Kendy de Lima Yamaguchi.

Objetivos	Descrição	Indicadores	Responsável (eis)	Valor
<ul style="list-style-type: none"> Oportunizar aos alunos do curso de edificações a apresentação dos novos materiais e tecnologias voltadas para o mercado da 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Interdisciplinar constituído de atividades de visita técnica guiada aos stands, participação em palestras e workshop, visita em canteiros de obras e similares, elaboração 	<ul style="list-style-type: none"> Benefício X Índice de Aprovação/reprovação. Nível de desempenho dos educandos. Visão de Obras e conhecimentos 	Coordenador do Projeto: Hudinilson Kendy de Lima Yamaguchi..	R\$ 22.700,00 X 4 (anos) = 90.800,00

construção civil.	de relatórios e apresentação de seminários.	e adquiridos.		
-------------------	---	---------------	--	--

Ação: Programa de Apoio à participação dos discentes em eventos científicos externos e internos

Projeto 7: Experimento, Produção Técnica e Participação em Eventos Nacionais.

Responsável: Hudinilson Kendy de Lima Yamaguchi.

Objetivos	Descrição	Indicadores	Responsável (eis)	Valor
<ul style="list-style-type: none"> Preparar, qualificar e habilitar os discentes através de experimentos técnicos para produção científica visando a prestação de serviços técnicos ao desenvolvimento das atividades do setor de construção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Interdisciplinar constituído de atividades de visita técnica guiada aos stands, participação em palestras e workshop de eventos de caráter nacional na área de construção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> Participação do IFAM/CCO em eventos nacionais. Nível de desempenho dos educandos. 	Coordenador do Projeto: Hudinilson Kendy de Lima Yamaguchi..	R\$ 11.830,00 X 4 (anos) = 47.320,00

Ação: Programa de Apoio Acadêmico

Projeto 8: Problemática dos Resíduos Sólidos nas dependências do IFAM/CCO.

Responsáveis: João Wilson Coelho Ribeiro, Ednéia Gomes Maciel.

Objetivos	Descrição	Indicadores	Responsável (eis)	Valor
<ul style="list-style-type: none"> Reeducar a comunidade escolar, especialmente os educandos do ensino técnico a não jogar lixo em locais 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Interdisciplinar constituído de atividades de palestras, mesas redondas, debates, apresentação de seminários, elaboração de 	<ul style="list-style-type: none"> Benefício X Índice de Aprovação/reprovação. Nível de desempenho dos educandos. 	Coordenador do Projeto: João Wilson Coelho Ribeiro, Ednéia Gomes Maciel.	R\$ 8.355,00 X 4 (anos) = 33.420,00

inadequados, bem como, o incentivo a coleta seletiva.	relatórios sobre a temática.			
---	------------------------------	--	--	--

Ação: **Programa de Inclusão e Monitoria Digital**

Projeto 9: Sociedades Amazônicas no Ciberespaço: Multimodalização e hipertextualização das experiências do GPSA.

Responsáveis: Nilton Paulo Ponciano e Jhonatas Gesteira de Moura Leite.

Objetivos	Descrição	Indicadores	Responsável (eis)	Valor
<ul style="list-style-type: none"> Oportunizar a comunidade estudantil do IFAM/ Campus Coari, a utilização de diferentes ferramentas digitais, visando a disseminação do conhecimento científico e a inclusão digital. 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Interdisciplinar constituído de atividades de publicação em domínio próprio (blog) de textos modalizados e hipertextualizados de diferentes temáticas e áreas do conhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> Benefício X Índice de Aprovação/reprovação. Nível de desempenho dos educandos. 	Coordenadores do Projeto: Nilton Paulo Ponciano e Jhonatas Gesteira de Moura Leite.	R\$ 5.690,00 X 4 (anos) = 22.760,00
Fanfarra do IFAM CAMPUS COARI		<ul style="list-style-type: none"> Benefício X Índice de Aprovação/reprovação. Nível de desempenho dos educandos. 	Ygor Olinto	
Carteira Estudantil		<ul style="list-style-type: none"> Benefício X Índice de Aprovação/reprovação. Nível de 	Grêmios Estudantil	

		desempenho dos educandos.		
Esporte e Cidadania: preparando Vencedores		<ul style="list-style-type: none"> • Benefício X Índice de Aprovação/reprovação. • Nível de desempenho dos educandos. 	Vanusa Mafra	

Fonte: Comissão do Programa de Assistência Estudantil do IFAM CCO

3.2.1 Avaliação e atualização

A Avaliação deste plano deve ser um processo que deve ser realizado não só pelo educador, mas também por todos os atores educativos, como: educandos, pais, gestor, comunidade e, lógico, o professor. Neste novo paradigma, todos são avaliados e consequentemente contribuem para que ocorra o processo ensino-aprendizagem de forma eficaz, onde a Instituição tenha como foco o sucesso dos educandos. Para isso faz-se necessário repensar a prática administrativa e educativa onde a avaliação deixa de ser algo estático, vertical, autoritária e excludente. Visando desenvolver competências e habilidades no educando que o preparem para o mundo do trabalho e o exercício pleno de sua cidadania. Se transformando numa ferramenta indispensável para o sucesso do trabalho do educador e da Instituição de Ensino.

Desse modo, a avaliação como um processo contínuo e concomitante às atividades do cotidiano do educando, é um recurso metodológico de reorientação do planejamento participativo, conquanto serve para diagnosticar as facilidades e as dificuldades dos discentes, como também servir de instrumento para o educador aperfeiçoar seu trabalho técnico-administrativo e pedagógico, objetivando garantir a qualidade do ensino. Deve permitir a instituição oportunizar a reelaboração e ressignificação de suas atividades teórico-práticas, ajudando-a a identificar suas falhas, seus pontos fortes e fracos, transformando-se num diagnóstico, cuja função precípua é apontar para progressos e auxiliar na superação dessas dificuldades. Nessa perspectiva, a avaliação significa encaminhar-se para um processo dialógico, cooperativo, imperativo, onde a comunidade educativa aprenda junto o que possibilitará a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos.

Quanto à avaliação do PDI, será contínua, com base nos parâmetros avaliativos da LDB-9394/96. Os trabalhos desenvolvidos por Técnicos, educandos e professores passarão

por avaliações periódicas o que resultará na busca de novas alternativas sempre com o intuito de melhor ajudá-los. Será criada uma equipe gestora do PDI, com o propósito de realizar o acompanhamento e monitoramento do processo de avaliação. Tendo como um dos instrumentos de avaliação o questionário de avaliação institucional, onde os docentes e demais servidores, a comunidade intra e extra - escolar avaliarão a instituição de ensino como um todo, visando aumentar a credibilidade e qualidade do ensino oferecido.

Portanto, o processo avaliativo deste Plano de Desenvolvimento Institucional será periódica onde semestralmente nos reuniremos para avaliar suas ações e repercussões na comunidade escolar.

4 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS PRESENCIAIS E À DISTÂNCIA

1) CURSOS DE GRADUAÇÃO											
CURSO	TIPO	VAGAS	DIMENSÃO DAS TURMAS	TURNO	REGIME DE MATRÍC.	2014	2015	2016	2017	2018	SITUAÇÃO ATUAL
Licenciatura em Informática	Presencial	40	40	Noturno	Anual		X				Futura Solicitação
Licenciatura em Historia	Presencial	40	40	Diurno	Anual			X			Futura Solicitação
Licenciatura em Sociologia	Presencial	40	40	Diurno	Anual				X		Futura Solicitação
2) CURSOS INTEGRADO											
CURSO	TIPO	VAGAS	DIMENSÃO DAS TURMAS	TURNO	REGIME DE MATRÍC.	2014	2015	2016	2017	2018	SITUAÇÃO ATUAL
Técnico em Administração	Presencial	80	40	Diurno	Anual		X			X	Futura Solicitação
Técnico em Meio Ambiente	Presencial	40	40	Diurno	Anual					X	Futura Solicitação
Técnico em Edificações	Presencial	80	40	Diurno	Anual		X			X	Futura Solicitação
3) PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU)											
CURSO	TIPO	VAGAS	DIMENSÃO DAS TURMAS	TURNO	REGIME DE MATRÍC.	2014	2015	2016	2017	2018	SITUAÇÃO ATUAL
Especialização em Informática	Presencial	30	30	Noturno	Semestral					X	Futura Solicitação
Especialização em Ética	Presencial	40	40	Noturno	Semestral				X		Futura Solicitação
5) PÓLOS DE EAD											
PÓLO	CURSOS				N° DE ALUNOS						
COARI	Técnico em Agente Comunitário de Saúde				120 alunos						
	Técnico em Meio Ambiente				120 alunos						
	Técnico em Recursos Pesqueiros				40 alunos						
6) CURSOS FORA DE SEDE											
CURSO	LOCAL	DESCRIÇÃO									
CURSO A	Codajás	Curso Tecnico em informática									
CURSO B	Beruri	Cursos FIC									
CURSO N											

5. PERFIL DO CORPO DOCENTE

5.1. Composição do quadro de docentes efetivo

Nome do (a) Servidor(a)	Cargo/Função	Área de formação	Tempo de Experiência profissional na área em que atua	Titulação	Regime de Trabalho	Carga Horária de Trabalho Semanal
Aline Carvalho de Freitas	Professora	Química	3 anos	Mestre	DE	40h
Amarildo Muniz do Carmo	Professor	Licenciatura em Informática	2 anos	Graduação	DE	40h
Andréa Baima dos S. Mota	Professora	Licenciatura em Física	5 anos	Mestre	DE	40h
Carlos Henrique Ferreira Neto	Professor	Informática	3 anos	Graduado	DE	40h
Daniel de Sá Rodrigues	Professor	Licenciatura em Letras	2 anos	Mestre	DE	40h
Davi Esteu Santos da Costa	Professor	Bacharel em Sistemas de Informação	3 anos	Especialista	DE	40h
Darlea Araújo de Souza	Professora	Licenciatura Plena em Letras-Ingês	4 anos	Especialista	DE	40h
Edilson Santos de O. Duarte	Professor	Licenciatura em Arte	2 anos	Graduação	DE	40h
Elionai de Souza Magalhães	Professor	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	3 anos	Graduado	DE	40h
Elson Antônio Sadalla Pinto	Professor	Licenciatura Plena em Biologia	5 anos	Mestre	DE	40h
Jhonatas Gesteita de Moura Leite	Professor	L. Portuguesa	2 meses	Mestre	DE	40h
José Costa Feitoza	Professor	Eng. Civil	7 anos	Especialista	DE	40h
Juan Marcelo Dell'Oso	Professor	Bacharel em Informática	5 anos	Graduado	DE	40h
Joseldo Alasson Moreira Araújo	Professor	Licenciatura Plena em Matemática	3 anos	Mestrando	DE	40h
Iracema Ramos Martins	Professora	Licenciatura Plena em Letras-Português	4 anos	Especialista	DE	40h
Jorge Iracy Simões da Mota	Professor	Matemática	6 anos	Graduado	DE	40h
Joseldo Alasson M. Araújo	Professor	Matemática	4 anos	Especialista	DE	40h
Nilton Paulo Ponciano	Professor	Licenciatura em História	2 anos	Doutorado	DE	40h

Valclides Kid Fernandes dos Santos	Professor	Administração	2 anos	Graduado	DE	40h
Vanusa Mafra Mesquita	Professor	Ed. Física	1 ano e 5 meses	Graduada	DE	40h
Vlamir do Nascimento Seabra	Professor	Filosofia	1 ano e 5 meses	Mestre	DE	40h
Ygor Olinto R. Cavalcante	Professor	História	4 meses	Mestre	DE	40h

5.2. Composição do quadro de docentes substitutos

Nome do (a) Servidor(a)	Cargo/Função	Área de formação	Tempo de Experiência profissional na área em que atua	Titulação	Regime de Trabalho	Carga Horária de Trabalho Semanal
Benaion de Lima Neto	Professora	L. Portuguesa	4 meses	Graduado	CT	40h
Ednéia Gomes Maciel	Professora	Geografia	2 meses	Graduada	CT	40h
Eliziane de Lima Moriz	Professora	Informática	4 meses	Graduada	CT	40h
Francialan Souza dos Santos	Professor	Informática	9 meses	Graduado	CT	40h
Heliny Santos da Silva	Professora	Informática	1 ano	Graduada	CT	40h
Hilomar Souza da Costa	Professor	Ed. Física	2 meses	Graduado	CT	40h
Hudnilson Kendy de Lima Yamaguchi	Professor	Arquitetura	8 meses	Mestre	CT	20h
Jaenilton de Souza Lima	Professor	Física	1 ano	Graduado	CT	40h
Jhonatas Gesteita de Moura Leite	Professor	L. Portuguesa	2 meses	Mestre	DE	40h
João Wilson Coelho Ribeiro	Professor	Química	3 meses	Graduado	CT	40h
Jones Ribeiro Nogueira	Professor	Informática	1 ano	Graduado	CT	20h
José Wulisses de Oliveira	Professor	Administração	1 ano	Graduado	CT	40h
Rayla Beatriz da Silva Santos	Professora	Química	2 anos	Graduada	CT	40h
Robson Eloi Abrantes	Professor	Informática	1 ano	Graduado	CT	40h
Rosilene Maia de Barros	Professora	Eng. Civil	8 meses	Graduada	CT	40h
Thaumaturgo F. Batista	Professor	L. Portuguesa	1 ano e 2 meses	Graduado	CT	40h
Wanderlan Praia Gomes	Professor	Administração	1 ano e 1 mês	Graduado	CT	20h

5.3. Situação atual do quadro docente

Nº	RESUMO DO QUADRO DOCENTE	Quantidade
I	Docente em situação de Cooperação Técnica	01
II	Docente afastado para capacitação ao nível de Doutorado	03
III	Docente afastado para capacitação ao nível de Mestrado	03
IV	De Licença para acompanhar familiar doente	01
V	Docente em situação de Serviço Provisório	10
VI	Docente em situação de Remoção Temporária	02
VII	Docente em efetivo serviço no Campus	22
VIII	Total de docentes do quadro efetivo	42
IX	Total de docentes substitutos	6
X	Docente colaborador (4h/semana)	1
Total de docentes em atividade no Campus em 2014 (VII+IX+X)		29

5.4. Composição do Quadro Técnico-Administrativo

Nome do (a) Servidor(a)	Cargo/Função	Nível	Tempo de Experiência profissional na área em que atua	Titulação	Regime de Trabalho	Carga Horária de Trabalho
André Luiz Laranjeira Rocha	Téc. Lab. Inf.	Médio	3 ano	Nív. Médio	40h	40h
Antonio Carlos da Frota Pinheiro	Ass. de Aluno	Fundamental	2 anos	Nív. Médio	40h	40h
Audinete da Silva Pereira	Ass. em Adm	Médio	3 anos	Nív. Médio	40h	40h
Carlos da Rocha Santos	Dentista	Graduação em odontologia	5 anos	Odontólogo	30h	30h
Elson Alves de Freitas	Ass. em Adm	Médio	7 anos	Especialista	40h	40h
Elder Moriz Corrêa	Técnico em Assuntos Educacionais	Graduação em Pedagogia	3 meses	Pedagogo	40h	40h
Emerson da Silva Alfaia	Técnico Administrativo	Graduação em Normal superior	4 anos	Graduação em Normal superior	40h	40h
Franciele de Souza Castro	Assistente de Aluno	Fundamental	3 meses	Nív. Médio	40h	40h
Francisco Jânio C. Barros	Ass. em Adm	Médio	3 anos	Graduado	40h	40h
Genival Nunes de Souza	Técnico em Assuntos Educacionais	Graduação em Pedagogia	3 anos	Pedagogo	40h	40h
Geraldo de	Aux. Adm	Fundamental	1 ano e 4 meses	Especialista	40h	40h

Souza Lima						
Jackson Mitoso Alho	Técnico Administrativo	Bacharel em Administração	4 anos	Graduado	40h	40h
Jaizin da Silva e Silva	Técnico Administrativo	Licenciatura em Filosofia	4 anos	Lic. em Filosofia	40h	40h
José Jen's Banen Benchimol	Enfermeiro	Graduação em Enfermagem	7 anos	Enfermagem	30h	30h
Joseph Matos da Silva	Técnico em Segurança do Trabalho	Médio	3 meses	Nív. Médio	40h	40h
Jurandy M. Aires da Silva	Técnico Administrativo	Bacharel em Administração	7 anos	Especialista	40h	40h
Karina Batista de Sales	Bibliotecária	Superior	3 ano	Especialista	40h	40h
Lucilene Salomão de Oliveira	Ass. em Adm	Médio	3 meses	Nív. Médio	40h	40h
Marcos Câmara de Araújo	Ass. em Adm	Médio	3 meses	Nív. Médio	40h	40h
Maurício Roberto da Silva	Pedagogo	Graduação em Pedagogia	7 anos	pedagogo	40h	40h
Oziel Antunes Coelho	Pedagogo	Graduação em Pedagogia	5 anos	pedagogo	40h	40h
Remígio Cenepo E. Rodrigues	Téc. Lab. Inf.	Médio	5 anos	Graduado	40h	40h
Rhode Alves Dantas	Ass. em Adm	Médio	7 anos	Nív. Médio	40h	40h
Ricardo dos Santos Faria	Médico	Graduação em Medicina	3 anos	Medicina	30h	30h
Rogério Caxias de Araújo	Téc. Lab. Inf.	Médio	3 anos	Nív. Médio	40h	40h
Thammi Rodrigues de Souza	Téc. em Edif.	Médio	7	Nív. Médio	40h	40h
Thiago Saymon Alves de Freitas	Ass. em Adm	Médio	5 anos	Nív. Médio	40h	40h
Thiago Silva de Souza	Téc. Lab. Inf.	Técnico em Informática	5 anos	Nív. Médio	40h	40h

5.5. Plano de carreira

CAPÍTULO II

[...]

Seção II

Da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Art. 10. O ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal ocorrerá sempre no Nível 1 da Classe D I, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1o No concurso público de que trata o caput, será exigido diploma de curso superior em nível de graduação.

§ 2o O concurso público referido no caput poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura do certame.

§ 3o O edital do concurso público de que trata este artigo estabelecerá as características de cada etapa do concurso público e os critérios eliminatórios e classificatórios do certame.

CAPÍTULO III

[...]

DO DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL

Seção II

Da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Art. 14. A partir da instituição do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, o desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma disposta nesta Lei.

§ 1o Para os fins do disposto no caput, progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente, na forma desta Lei.

§ 2o A progressão na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos nesta Lei e observará, cumulativamente:

I - o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível; e

II - aprovação em avaliação de desempenho individual.

§ 3o A promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

I - para a Classe D II: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

II - para a Classe D III: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

III - para a Classe D IV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

IV - para a Classe Titular:

a) possuir o título de doutor;

b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e

c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

§ 4o As diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção serão estabelecidas em ato do Ministério da Educação e do Ministério da Defesa, conforme a subordinação ou vinculação das respectivas IFE e deverão contemplar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, cabendo aos conselhos competentes no âmbito de cada Instituição Federal de Ensino regulamentar os procedimentos do referido processo.

§ 5o O processo de avaliação para acesso à Classe Titular será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por 75% (setenta e cinco por cento) de profissionais externos à IFE, e será objeto de regulamentação por ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 6o Os cursos de mestrado e doutorado, para os fins previstos neste artigo, serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Federal de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente.

Art. 15. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação concorrerão a processo de aceleração da promoção:

Art. 15. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção: (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

I - de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresentação de título de especialista; e

II - de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Parágrafo único. Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em 1o de março de 2013 ou na data de publicação desta Lei, se posterior, é permitida a aceleração da promoção de que trata este artigo ainda que se encontrem em estágio probatório no cargo.

CAPÍTULO V

DO REGIME DE TRABALHO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL

Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou

II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

§ 1o Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

§ 2o O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.

§ 3o Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos

orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1º, nas seguintes hipóteses:

I - ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou

II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE.

5.6. Critérios de seleção e contratação

Seleção – Art. 10 da Lei supra

Contratação – Art. 20 da Lei supra

5.7. Procedimentos para substituição

Para atender a necessidade temporária de pessoal docente, a Lei nº 8.745 de 09/12/93, possibilita a contratação de professores substitutos, cujo contrato é por tempo determinado não excedente a 2 anos. A seleção pública é realizada através de Processo Seletivo Simplificado, constituído de prova de desempenho didático e de provas de títulos.

A contratação de professor substituto visa suprir a falta de professor efetivo em razão de: vacância do cargo; afastamento ou licença, na forma do regulamento; ou nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus.

O número total de professores não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino. Os candidatos que firmarem contrato com a Instituição Pública, não poderão ser contratados antes de decorridos 24 (vinte e quatro meses) do encerramento do último contrato.

6. Política de Atendimento ao Discente

6.1. Atividades de apoio pedagógico

I - Plantão de dúvidas e atendimento aos alunos fora do período;

II - Aulas dirigidas ao ENEM para as turmas das 3ª séries integradas;

III - Acompanhamento do desempenho dos discentes pela Coordenação Geral Acadêmica e Setor Técnico-Pedagógico;

IV - Suporte permanente da Coordenação Geral de Produção e Extensão às aulas práticas no campo;

V - Aulas experimentais nos laboratórios de física, matemática e química.

VI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

6.2. Programas de apoio financeiro (bolsas)

I - Benefício Alimentação, com repasse mensal do benefício financeiro de R\$ 150,00 para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

II - Benefício Moradia, com repasse mensal de R\$ 170,00 aos estudantes que saíram diretamente de suas comunidades, municípios ou estados para matricular-se junto ao IFAM, após aprovação em processo seletivo específico e que não possuam familiares diretos (pai, mãe, irmão) ou responsáveis legais na cidade de Coari e que necessitem pagar aluguel para sua moradia;

III - Benefício Creche, com repasse mensal R\$ 170,00 de auxílio financeiro as mães-estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com crianças entre quatro meses e seis anos de idade. Esse auxílio visa minimizar situações estressoras e de desgaste emocional dos estudantes, que durante o horário de aula necessitam deixar seus filhos aos cuidados de outras pessoas e não possuem estrutura familiar para o cuidado dos seus filhos;

IV - Benefício Material Didático Pedagógico, com repasse direto no valor R\$ 90,00 ao estudante que comprovadamente não possua meios de custear despesas educacionais decorrentes de necessidades de material didático pedagógico e material escolar relacionado à sua atividade educacional no IFAM, não sendo contemplado neste benefício aquisição de livros didáticos em substituição aos que são fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE ou qualquer outro que se inclua na relação de custeio já financiado pelo Governo Federal;

6.3. Estímulo à permanência

Organização I - Oferta de merenda escolar para os alunos (a partir de 2015);

II - Transporte escolar;

III - Alojamento para educandos oriundos de comunidades rurais ou fora da sede do município de Coari (a partir de 2016).

6.4. Organização Estudantil

De acordo com a Resolução 28 nos Incisos II, III e IV do Art. 213, encontra-se prevista a possibilidade de organização como direito dos estudantes, que além de se organizarem, poderem também participar ativamente das ações e planejamentos do Campus.

Art. 213. Constituem direitos dos discentes:

II – organizar-se em associações para representação e intermediação de questões de interesse coletivo do segmento discente, como grêmios, cooperativa e outras, podendo delas participar como associados ou membros, bem como votar e ser votado para suas respectivas Diretorias, respeitando o princípio da livre adesão e legislação vigente;

III – participar da ação colegiada, votando e sendo votado, para escolha de representantes, na forma deste Regulamento;

IV – apresentar sugestões aos setores competentes, que visem ao aprimoramento da Instituição e à melhoria da qualidade de ensino;

No ano de 2014, Todas as turmas dos Cursos Integrados, Subsequente e Proeja, tiveram seus Líderes eleitos no início do Ano Letivo.

A Eleição foi realizada sob a orientação da Coordenação Geral Acadêmica.

Quanto à organização do Grêmios Estudantil, encontra-se em andamento o processo de reestruturação do seu estatuto, no qual foi eleita uma nova diretoria.

6.5. Ações de acompanhamento dos egressos

O acompanhamento dos egressos é realizado pela Coordenação de Extensão que dentre outras ações realiza levantamento junto às publicações de resultados de aprovados no ENEM e SISU. Encontra-se em fase de elaboração um projeto denominado “Dia do Egresso”, que será realizado anualmente, preferencialmente no dia do aniversário de reinauguração do Campus Coari, que tem como objetivo servir de momento de socialização entre os egressos e a comunidade acadêmica.

7 INFRAESTRUTURA

7.1. Relação de infraestrutura física

<i>Dependências/Espaço Físico</i>	Qtd. de Salas
Salas de Aula	10
Salas de Multimeios	01
Sala de Estudo	01
Sala das Coordenações	01
Sala do PRONATEC/PMM	01
Sala da CRA	01
Sala do DAP	01
Sala do DEPEX	01
Cantina	01
Sala dos professores	01
Sala do Setor Técnico Pedagógico	01
Sala da DEN	01
Gabinete Médico	01
Gabinete odontológico	01
Sala da Repografia	01
Sala da CGTI	01
Sala da DG	01
Sala do Grêmio Estudantil	01
Sala de vídeo conferência	01
Laboratórios diversos	08
Auditório	01
Biblioteca	01
Ginásio Poliesportivo	-
Piscina Semi-Olímpica	01

Fonte: Departamento de Administração e Planejamento

7.2. Laboratório de Informática

O Campus Coari possui três laboratórios de Informática, contendo os seguintes equipamentos e programas:

-Equipamentos e Acessórios do Laboratório I

- Monitores: 21
- Gabinetes: 21
- Mouses: 21
- Teclados: 21
- Cadeiras: 36

- Nobreaks: 1
- Data Show: 1
- Switches: 1
- Cabos Vga: 21
- Bancadas Grandes: 3
- Mesa Professor: 1

-Os Programas do Laboratório I

- Flash Player 10 ActiveX
- Adobe Reader X
- Adobe Shockware Player
- WINRAR
- Ccleaner
- Cyber Link Power DVD 9.5A
- Google Chrome
- Java (TM) 6 Update
- Microsoft .NET Framework 4
- Microsoft Office 2007
- Microsoft Security
- Microsoft Silverlight
- Microsoft SQL Server 2005
- Microsoft Visual C++2005
- Mozilla Firefox 26
- Windows Live Essentials

-Lista de Equipamentos e Acessórios do Laboratório II

- Monitores: 21
- Gabinetes: 21
- Mouses: 21
- Teclados: 21
- Cadeiras: 43
- Nobreaks: 1
- Data Show: 1
- Lousa Interativa: 1
- Switches: 1
- Cabos Vga: 21
- Bancadas Grandes: 3
- Mesa Professor: 1

-Os Programas do Laboratório II

- Flash Player 10 ActiveX

- Adobe Reader X
- Adobe Shockware Player
- WINRAR
- Ccleaner
- Cyber Link Power DVD 9.5A
- Google Chrome
- Java (TM) 6 Update
- Microsoft. NET Framework 4
- Microsoft Office 2007
- Microsoft Security
- Microsoft Silverlight
- Microsoft SQL Server 2005
- Microsoft Visual C++2005
- Mozilla Firefox 26
- Windows Live Essentials

- Lista de Equipamentos e Acessórios do Laboratório III

- Monitores: 20
- Gabinetes: 20
- Mouses: 17
- Teclados: 17
- Cadeiras: 38
- Nobreaks: 2
- Data Show: 1
- Lousa Interativa: 1
- Switches: 1
- Cabos Vga: 20
- Bancadas Grandes: 3
- Mesa Professor: 1
- Câmera: 1
- Cabo de alimentação: 20
- Cabo coaxial: 13

- Os Programas do Laboratório III

- Flash Player 10 ActiveX
- Adobe Reader X
- Adobe Shockware Player
- WINRAR
- Ccleaner
- Cyber Link Power DVD 9.5A

- Google Chrome
- Java (TM) 6 Update
- Microsoft. NET Framework 4
- Microsoft Office 2007
- Microsoft Security
- Microsoft Silverlight
- Microsoft SQL Server 2005
- Microsoft Visual C++2005
- Mozilla Firefox 26
- Windows Live Essentials

7.3. Laboratório de rede de Computadores

- Lista de Equipamentos e Acessórios do Laboratório Redes

- Monitores: 60
- Gabinetes: 22
- Mouses: 21
- Teclados: 55
- Cadeiras: 26
- Nobreaks: 6
- Data Show: 1
- Lousa Interativa: 0
- Switches: 1
- Cabos Vga: 58
- Bancadas Grandes: 8
- Mesa Professor: 1
- Câmera: 1
- Cabo de alimentação: 20
- Cabo coaxial: 21
- Roteador: 5
- Impressora: 1
- Caixas de ferramentas: 3
- Prateleiras: 1

- Os Programas do Laboratório Redes

- Flash Player 10 ActiveX
- Adobe Reader X
- Adobe Shockware Player
- WINRAR
- Ccleaner
- Cyber Link Power DVD 9.5A
- Google Chrome
- Java (TM) 6 Update
- Microsoft. NET Framework 4
- Microsoft Office 2007
- Microsoft Security
- Microsoft Silverlight
- Microsoft SQL Server 2005
- Microsoft Visual C++2005
- Mozilla Firefox 26
- Windows Live Essentials

7.4. Laboratório de Manutenção e Suporte

-Lista de Equipamentos e Acessórios do Laboratório Manutenção

- Monitores: 33
- Gabinetes: 40
- Mouses: 10
- Teclados: 11
- Cadeiras: 38
- Nobreaks: 2
- Data Show: 1
- Lousa Interativa: 1
- Switches: 1
- Cabos Vga: 33
- Bancadas Grandes: 10
- Mesa Professor: 1
- Câmera: 1
- Cabo de alimentação: 20

- Cabo coaxial: 21
- Armários: 2

- Os Programas do Laboratório II

- Flash Player 10 ActiveX
- Adobe Reader X
- Adobe Shockware Player
- WINRAR
- Ccleaner
- Cyber Link Power DVD 9.5A
- Google Chrome
- Java (TM) 6 Update
- Microsoft. NET Framework 4
- Microsoft Office 2007
- Microsoft Security
- Microsoft Silverlight
- Microsoft SQL Server 2005
- Microsoft Visual C++2005
- Mozilla Firefox 26
- Windows Live Essentials

7.5. Cronograma de expansão da estrutura física

	Qt	2014	2015	2016	2017	2018
Ampliação do Auditório	01		X	X		
Mini-auditórios	01					X
Ampliação da Biblioteca com Videoteca	01			X		
Construção de bloco com 10 salas de aula para a Implantação dos Cursos de Nível Superior: Licenciaturas, Tecnológicos e Bacharelados	01				X	X
Laboratórios Diversos	05			X	X	
Ampliação da sala de estudos dos docentes	01				X	X
Ampliação Salas de Docentes	01				X	X

Ampliação Sala de Vídeo Conferências	01		X	X		
Sala de Tele Conferência	01			X	X	
Construção de um Restaurante Estudantil com alimentação Subsidiada	01			X	X	
Construção de Alojamento Estudantil	01				X	X
Unidade Assistência Odontológica	01	X	X			
Unidade Acompanhamento Psicológico	01	X	X			
Unidade Acompanhamento Assistência Social	01	X	X			
Cobertura da passarela de entrada dos educandos	01	X				
Cobertura do Estacionamento dos Veículos Oficiais	01		X			
Bloco com três pavimentos para instalação de Laboratórios, Centro de documentação, Refeitório, Auditório e Hall para Eventos.	01		X	X		
Construção de um Campo de Futebol com pista de Atletismo	01		X	X		
Construção de um Centro de Convivência dos Servidores	01		X	X		
Construção de um Centro de Convivência dos Discentes	01				X	X

Fonte: Departamento de Administração e Planejamento

7.6 Melhorias para a área de Tecnologia de Informação

- Reforma na infraestrutura da rede de computadores incluindo aterramento;
- Implantação de um “Servidor de Arquivos” com controle de acesso a usuários tanto para os servidores desse Campus, quanto para os alunos;

- Implantação de um “Servidor de Impressão” para os servidores desse Campus;
- Aumento da estrutura física e de recursos humanos do CGTI;
- Aumento da quantidade de máquinas para acesso à internet na biblioteca;
- Aumento do alcance da rede sem fio para que todos os professores possam fazer a chamada e lançamento das aulas ministradas no sistema Q-acadêmico dentro da sala de aula.
- Aumento do link de internet;
- Realização de Controle de banda da Internet;
- Ligação dos switches que formam a rede de computadores, com fibra-ótica para evitar a perda de link.

8. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Educacional

Atendendo ao disposto na Lei n. 10.861, de 14/04/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, o IFAM realiza processo de avaliação institucional por meio Auto-avaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), sob a coordenação direta da Reitoria, e orientada pelas diretrizes da CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.

O SINAES fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Elementos como articulação entre ensino, pesquisa e extensão e valorização da interdisciplinaridade são fundamentais para a condução da vida acadêmica. No entanto, a possibilidade do sistema se sustentar, realizando adaptações internas sempre que necessário só será efetivamente viabilizado se a instituição dispuser de uma sistemática de avaliação interna. A avaliação institucional estabelece, por meio da auto-avaliação, num processo de construção coletiva, o horizonte de superação de limites como dado interno ao sistema administrativo. Sem uma avaliação que explicita claramente os problemas e os méritos das ações institucionais, o processo de tomada de decisão apresenta maior risco e incerteza, comprometendo a eficiência e eficácia

frente aos objetivos da Instituição. Com a sistematização da avaliação institucional, o IFAM-CCO tem melhores condições de compreender e planejar seu universo de mudança.

Consciente da importância da avaliação, o IFAM-CCO assume o compromisso de desenvolver o seu Programa de Avaliação Institucional Contínua – PAIC –, criando a Comissão Própria de Avaliação (CPA) a qual tem papel fundamental na condução do processo de avaliação e na prestação de contas dos resultados ao MEC e, sobretudo, à comunidade acadêmica.

8.1. Etapas do Processo de Autoavaliação

A organização deste processo prevê a ocorrência de diferentes etapas, algumas das quais podem ser desenvolvidas simultaneamente.

8.1.1 Elaboração

Constituição da CPA: Em atendimento ao disposto no art. 11 da Lei 10.861, de 14/04/2004, é constituída a Comissão Própria de Avaliação – CPA com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos do Instituto Federal do Amazonas, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA é, portanto, o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento da auto-avaliação do IFAM. Possui autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição. Na sua composição, a CPA conta com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico administrativo) de cada campus e, também, da sociedade civil organizada, estando vedada a existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados. Os representantes são escolhidos entre pessoas capazes de assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de todas as ações previstas no processo avaliativo. Para assegurar sua legitimidade junto à comunidade acadêmica, no processo de escolha dos seus membros, são consultados os agentes participantes do processo.

Planejamento: A elaboração do projeto de avaliação/SINAES compreende a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. No planejamento, discutido com a comunidade acadêmica, serão consideradas todas as características da instituição e as particularidades da região na qual ela está inserida.

Sensibilização: A sensibilização busca o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários, entre outros. A sensibilização estará presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações avaliativas.

8.1.2 Desenvolvimento

Esta etapa consiste na concretização das atividades planejadas como, por exemplo: (a) realização de reuniões ou debates de sensibilização e sistematização de demandas/ideias/sugestões produzidas; (b) realização de seminários internos para apresentação da proposta e dos objetivos do trabalho; (c) divisão dos grupos de trabalho, atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica; (d) construção de instrumentos para coleta de dados e definição da metodologia de análise e interpretação dos dados; (e) definição de formato de relatório de autoavaliação; (f) elaboração de relatórios; e (g) organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

8.1.3 Consolidação

Esta etapa será composta pela elaboração, divulgação e análise do relatório final e um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição.

8.2 Dimensões a serem avaliadas

Em conformidade ao disposto no art. 3º da Lei 10.861/04, serão objeto de avaliação as seguintes dimensões:

I – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Objetivo: Identificar a missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional e/ou nacional.

Tópicos a serem avaliados:

1. Finalidades, objetivos e compromissos da Instituição, explicitados em documentos oficiais.

2. Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da Instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades.

3. Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida.

4. Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Documentação e dados:

- Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Projeto Pedagógico Institucional.
- Projeto Pedagógico dos Cursos.
- Efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas e pela administração central da Instituição.

II – Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação, a Extensão.

Objetivo: Explicitar as políticas de formação acadêmico-científica, profissional e cidadã; de construção e disseminação do conhecimento; de articulação interna, que favorece a iniciação científica e profissional de estudantes, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão.

A. ENSINO

Tópicos a serem avaliados:

1. Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da Instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.
2. Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.
3. Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais.
4. Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

B. PESQUISA

Tópicos a serem avaliados:

1. Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções.

2. Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional.

3. Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica).

4. Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.

5. Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.

C. EXTENSÃO

Tópicos a serem avaliados:

1. Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.

2. Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.

3. Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

D. PÓS GRADUAÇÃO

Tópicos a serem avaliados:

1. Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós graduação, lato e stricto sensu.

2. Política de melhoria da qualidade da pós-graduação.

3. Integração entre graduação e pós-graduação.

4. Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.

III – Responsabilidade Social da Instituição

Objetivo: Explicitar o compromisso social da Instituição enquanto portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade.

Tópicos a serem avaliados:

1. Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e dos impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional.

2. Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis.

3. Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa.

IV- Comunicação com a sociedade

Objetivo: Identificar as formas de aproximação efetiva entre a Instituição e sociedade, de tal sorte que a comunidade participe ativamente da vida da acadêmica, bem como a Instituição se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém.

Tópicos a serem avaliados:

1. Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.
2. Imagem pública da Instituição nos meios de comunicação social.

V – Políticas de pessoal

Objetivo: Explicitar as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os com planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e com condições objetivas de trabalho.

Tópicos a serem avaliados:

1. Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.
2. Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.
3. Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

A. DOCENTES

Documentação e dados:

- N° de docentes em tempo integral, parcial e horistas.
- N° de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes de trabalho.
- Experiência profissional no magistério superior.
- Experiência profissional fora do magistério superior.
- Formação didático-pedagógica.
- Número de publicações por docente.
- Critérios de ingresso na Instituição e de progressão na carreira.
- Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho.
- Pesquisas e/ou estudos sobre docentes com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos.

B. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Documentação e dados:

- N° de funcionários técnico-administrativos.
- Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos.
- Envolvimento de funcionários técnico-administrativos com pesquisa e extensão.
- Experiência profissional.
- Critérios de ingresso na Instituição.
- Critérios de progressão na carreira.
- Políticas de capacitação.
- Avaliações de desempenho.
- Pesquisas e/ ou estudos sobre a satisfação dos funcionários técnico-administrativos com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos.

VI – Organização e gestão da Instituição

Objetivo: Avaliar os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional.

Tópicos a serem avaliados:

1. Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.

2. Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.

3. Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.

4. Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.

5. Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).

6. Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos os níveis).

VII – Infraestrutura física

Objetivo: Analisar a infraestrutura da Instituição, relacionando-a com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da Instituição;

Tópicos a serem avaliados:

1. Adequação da infraestrutura da Instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, unidades de produção, áreas de lazer, transporte, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins.

3. Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

VIII – Planejamento e avaliação

Objetivo: Avaliar a integração entre o planejamento e a avaliação, elementos partícipes do processo de gestão da educação superior.

Tópicos a serem avaliados:

1. Adequação e efetividade do planejamento geral da Instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os objetivos dos cursos oferecidos.

2. Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

IX – Políticas de atendimento ao estudante

Objetivo: Analisar as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas através do quais a Instituição busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.

Tópicos a serem avaliados:

1. Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social.
2. Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional.
3. Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.
4. Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.
5. Inserção profissional dos egressos.
6. Participação dos egressos na vida da Instituição.

X – Sustentabilidade financeira

Objetivo: Avaliar a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

Tópicos a serem avaliados:

1. Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos.
2. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

8.3 Periodicidade de avaliação

O processo de autoavaliação deve ser realizado e divulgado, conforme cronograma traçado pela CPA. Na sua totalidade, a realização da auto-avaliação, considerada todas as suas etapas, tem uma periodicidade de dois anos. A

periodicidade da avaliação de cada dimensão é definida, mediante consultas aos diversos segmentos da comunidade acadêmica, atendida a Lei 10.861/04, a Portaria MEC 2.051/04, os documentos Diretrizes para a Auto-avaliação das Instituições e Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-avaliação das Instituições, o Projeto Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional e demais documentos internos, aprovados pelo colegiado superior.

A definição da periodicidade depende de cada dimensão avaliada. Alunos e professores, por exemplo, devem ser avaliados semestralmente. A periodicidade das demais dimensões depende sobremaneira das metas definidas para a avaliação. Anualmente, a CPA promove a avaliação da metodologia utilizada, como objetivo de aperfeiçoar o processo de auto-avaliação, como instrumento de planejamento e gestão acadêmico-administrativo e atendimento às normas de avaliação da educação superior, aprovadas pelo Poder Público.

9. ASPECTOS FINANCEIROS

9.1 Aspectos financeiros e orçamentários

Dotada de autonomia administrativa e financeira e como uma autarquia federal, participa do orçamento fiscal e da seguridade da União que garante a sua manutenção e expansão dentro dos programas definidos pelo Governo Federal.

Interligada ao sistema SIAFI, sistema de controle e execução dos recursos orçamentários e financeiros, proporcionam transparência e segurança para a administração.

Nestes anos, com a boa aplicação dos recursos, esta Instituição vem otimizando expansão na área física, visando com isso atender as demandas.

Como grande parte dos recursos é proveniente da União, uma pequena parcela da arrecadação própria é oriunda de serviços prestados a comunidade, como aluguel de espaço físico e obedecem aos procedimentos e normas da gestão pública, notadamente a Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.

O Campus também tem buscado, com sucesso, o apoio dos parlamentares das bancadas federais no sentido de garantir em seu orçamento recursos oriundos de emendas parlamentares, o que vem proporcionando a ampliação e modernização de sua infraestrutura.

Para atender o Campus em 2014, a proposta orçamentária foi definida como:

I - Ação 20 RL - Funcionamento das Instituições Federais. SUB-AÇÃO 2992. Valor R\$ 2.821.155,00

4.1 Demonstrativo anual do planejamento econômico financeiro do campus

PROGRAMA / AÇÃO	2014
Despesas Correntes	2.489.918,00
PESSOAL	-
-Ativo	-
-Inativo	-
-Obrigações Patronais	-
BENEFÍCIOS	-
- Assistência Médica	-
- Assistência Pré-escolar	-
- Auxílio Transporte	-
- Auxílio Alimentação	-
-Exames Periódicos	-
Matriz CONIF	-
- Diárias	-
- Material de Consumo	121.155,00
-Despesas de Capital	331.237,00
Material Permanente	331.237,00
- Locação de Mão de Obra	700.000,00
- Pessoa Jurídica	1.668.763,00
- Encargos	-
- Obras	-
- Equipamentos	-
Acervo Bibliográfico	-
Expansão (obra)	-
Reestruturação	-
Investimento em TI	-
TOTAL	2.821.155,00

Fonte: Departamento de Administração e Planejamento do Campus Coari

10 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização: Anne Joyce Angher. 12 ed. São Paulo: Rideel, 2006.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB** (Lei nº 9394/96). Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

BRITO César Iobato (Org.); Ghedin, Evandro Luiz; et al. **Ética e formação de professores**. Manaus: UEA edições: Raphaela, 2008.

CARNEIRO, Moacir Alves. **Nova LDB: Leitura crítica compreensiva de artigo a artigo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão Democrática da Escola: Movimentos, Tensões e Desafios**. In: SILVA, Aida Maria Monteiro; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. (Orgs) et al. **Retrato da Escola no Brasil**. Brasília, sd, 2004.

FAZENDA, Ivani (Org). **Didática e Interdisciplinaridade**. 13 ed. Campinas-SP: Papyrus, 2008.

FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 15 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2008.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**. Porto Alegre: Dáctilo Plus, sn, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GANDIN, Danilo; GEMERASCA, Maristela P. **Planejamento Participativo na Escola: O que é e como se faz**. São Paulo: Loyola, 2003.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GHEDIN, Evandro; GONZAGA, Amarildo Menezes; BORGES, Heloísa da Silva (Orgs). **Currículo e Práticas Pedagógicas**. Rio de Janeiro: MEMVAVMEM, 2006, 280p.

HOFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da Pré-escola a Universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____. **Avaliação Mito & Desafio: Uma perspectiva construtivista**. Ed. 40. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos, et al. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Democratização da Escola Pública**: A Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos. 23 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

LOMBARDI, José Claudinei. **A Importância da Abordagem Histórica da Gestão Educacional**. (artigo da Revista HISTEDBR On line, Campinas, n. especial, 2006, p.11-19.

LÜCK, Heloisa. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. 3 ed. vol II (Série Cadernos de Gestão) Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORIN, Edgar. **Educação e Complexidade**: Os Sete Saberes e outros ensaios. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PARO, Victor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. Rio de Janeiro: Ática, 2005.

_____. PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Projeto Político Pedagógico Institucional da Unidade de Ensino Descentralizada de Coari-AM. Coari: UNED, 2006.

SAVIANI, Demerval. **Da Nova LDB ao FUNDEB**: Por uma outra política Educacional. 3 ed. Campinas. São Paulo: Autores e associados, 2008.

_____. **Escola e Democracia**. 39 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica**: Primeiras aproximações. 10 ed. Campinas-SP: Autores associados, 2008.

SILVA, Robson Santos da; SILVA, Luiz Ricardo de Almeida. **Gestão Escolar e Tecnologias**. Manaus: UEA, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 9 ed. São Paulo: Libertad, 2008.

_____. **Projeto Político-Pedagógico**: Fundamentos e Desafios da Prática- Algumas Aproximações. In: GHEDIN, Evandro; GONZAGA, Amarildo Menezes; BORGES, Heloísa da Silva (Orgs). **Currículo e Práticas Pedagógicas**. Rio de Janeiro: MEMVAVMEM, 2006, 280 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: Uma construção possível. 27 ed. Campinas-SP: Papirus, 2010.

ANEXOS

Anexo A- Equipamentos

Anexo B- Acervo Bibliográfico

Anexo C- Quadro dos educandos matriculados/2014

Anexo D- Indicadores de rendimento escolar dos anos de 2011, 2012 e 2013

Anexo A: Quadro de Equipamentos

Equipamento	Quantidade Existente	2014	2015	2016	2017	2018
Ar Condicionado/Split	36	05	06	08	10	10
DVD	03	0	01	02	01	0
Estabilizador		5	5	5	5	5
Filmadora	0'	0	1	1	1	1
Impressora		3	3	3	3	3
Máquina Fotográfica	2	02	5	5	5	5
Microcomputador		4	4	4	4	4
Nobrek		5	5	5	5	5
Notebook		5	5	5	5	5
Projeto Multimídia		5	5	5	5	5
Servidor de Rede		5	5	5	5	5
Scanner	1	5	5	5	5	-
Sistema Anti Furto Biblioteca	1	0	1	1	1	-
Televisão	8	0	2	2	2	2

Fonte: Secretaria de Gabinete da Direção Geral do IFAM CCO

Anexo B : Quadro de Acervo Bibliográfico

	Quantidade	2014	2015	2016	2017	2018
Títulos	841	876	940	1004	1068	1132
Exemplares	5.046	5.156	5.378	5.600	5.822	6.044
Periódicos	53	71	81	91	101	111

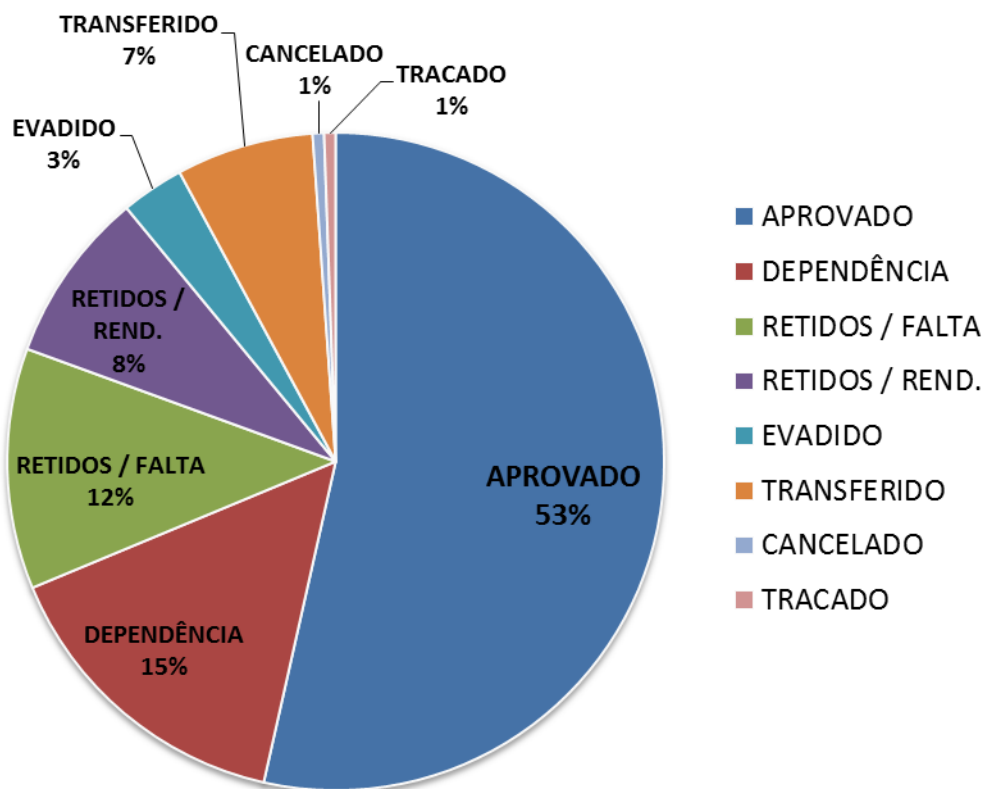
Fonte: Biblioteca do IFAM/CCO

Anexo C : Quadro dos educandos matriculados/2014

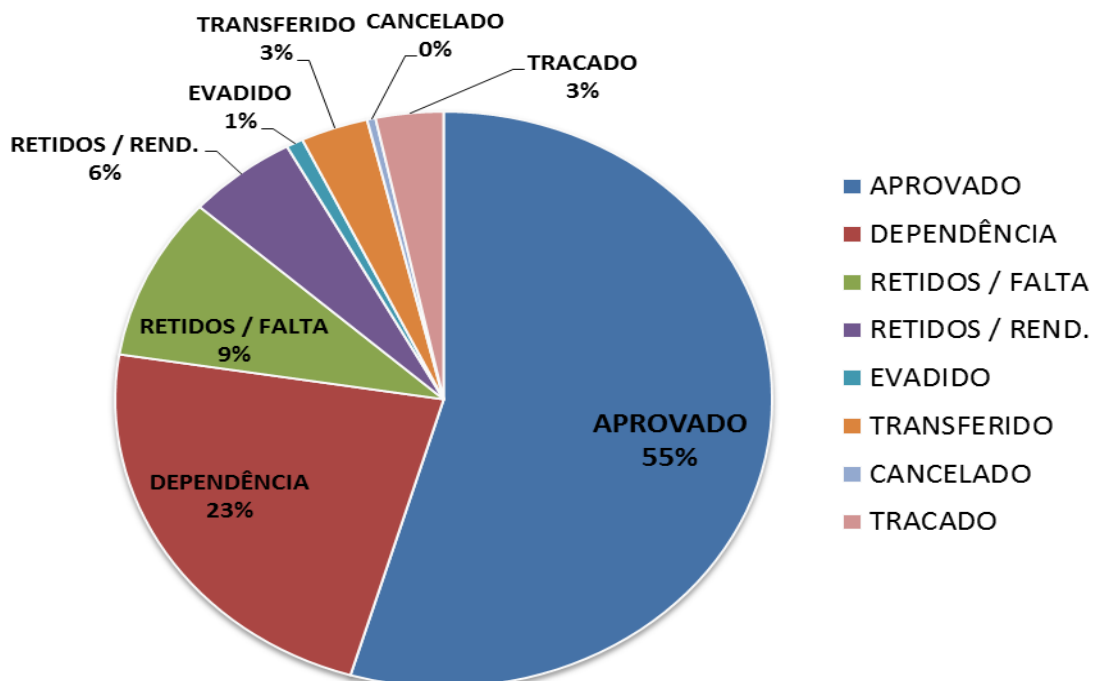
TURMA – CURSOS	MATRÍCULAS	MODALIDADE	TURNO	TOTAL DE MATRÍCULAS
1º ANO - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	40	INTEGRADO	MATUTINO	136
2º ANO - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	41			
4º ANO - TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	26			
4º ANO - TÉCNICO EM REDES DE COMPUTADORES	29			
1º ANO - TÉCNICO EM INFORMÁTICA	39	INTEGRADO	VESPERTINO	88
3º ANO - TÉCNICO EM INFORMÁTICA	30			
4º ANO - TÉCNICO EM INFORMÁTICA	19			
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA – 2014	40	SUBSEQUENTE	VESPERTINO	70
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA – 2013	30			
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO – 2013	33	SUBSEQUENTE	NOTURNO	118
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO – 2013	35			
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES – 2013	25			
TÉCNICO EM INFORMÁTICA – 2013	25			
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO – 2011	14	PROEJA	NOTURNO	40
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO – 2013	26	PROEJA	NOTURNO	
TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	93	EAD	NOTURNO	294
TÉCNICO EM EVENTOS	40	EAD	NOTURNO	
TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE	48	EAD	NOTURNO	
TÉCNICO EM MULTIMEIO DIDÁTICO	52	EAD	NOTURNO	
TÉCNICO EM SECRETÁRIA ESCOLAR	61	EAD	NOTURNO	
ESPECIALIZAÇÃO PROEJA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	25	EAD	NOTURNO	25
TOTAL				771

INTEGRADO

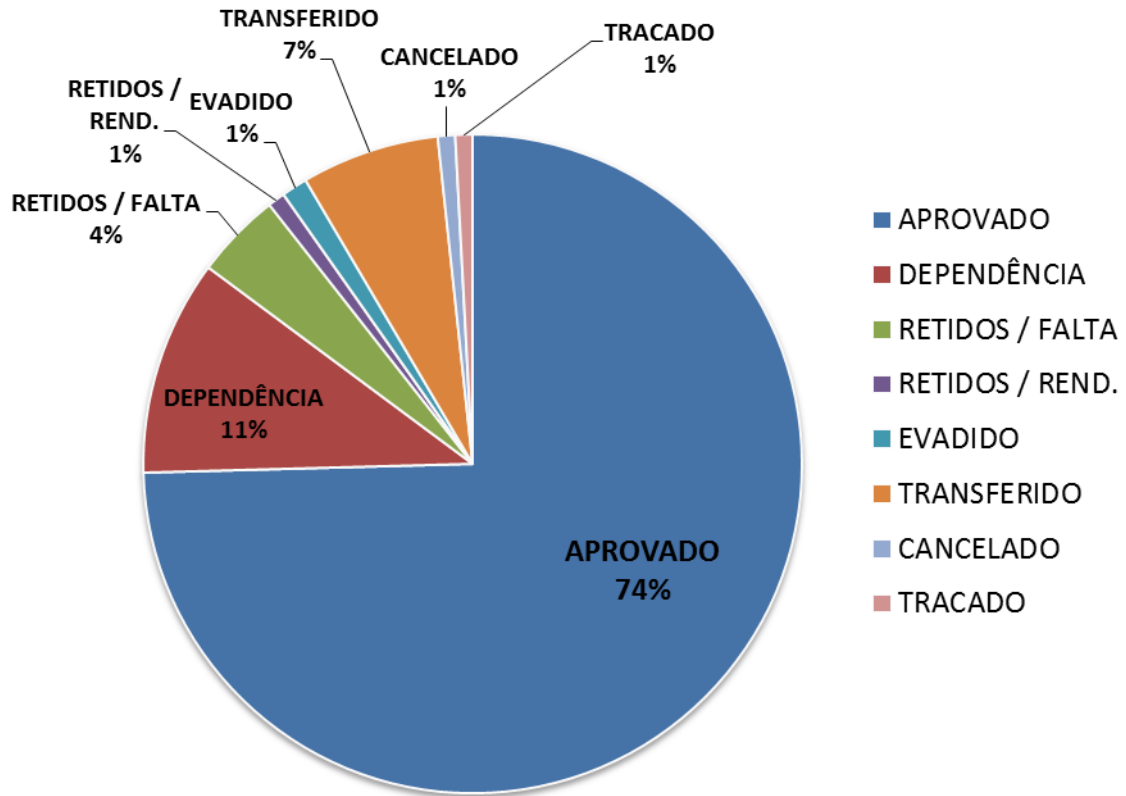
INTEGRADO PRESENCIAL Ano letivo 2011 - 355 Alunos



INTEGRADO PRESENCIAL Ano letivo 2012 - 240 Alunos

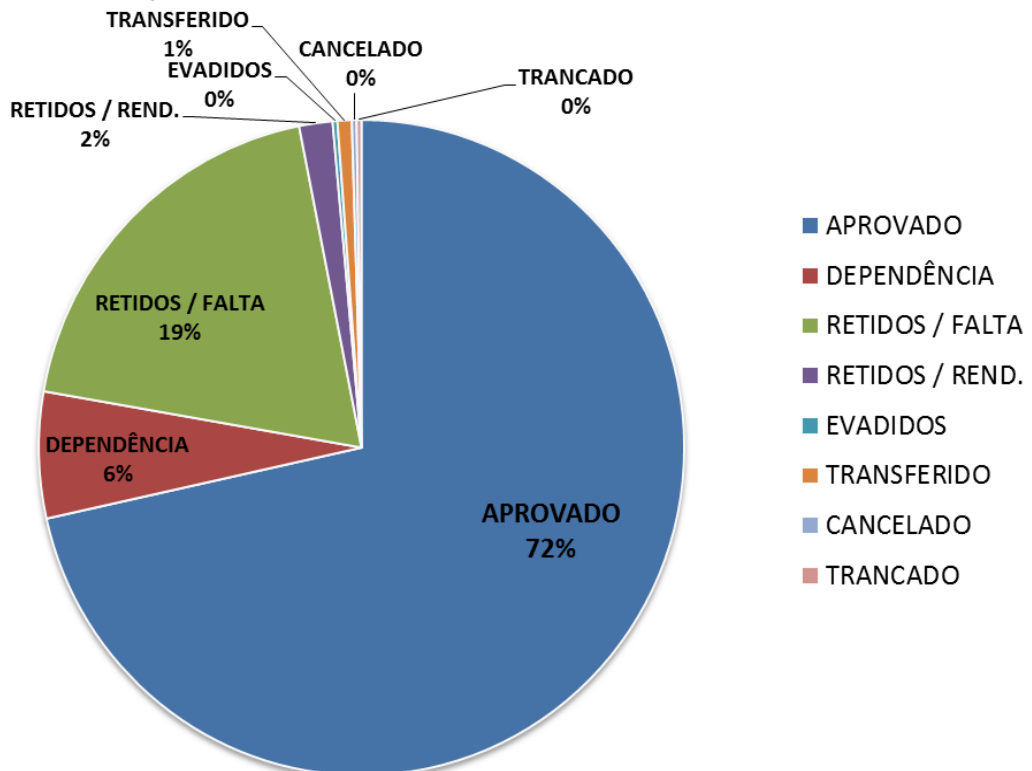


INTEGRADO PRESENCIAL Ano letivo 2013 - 236 Alunos

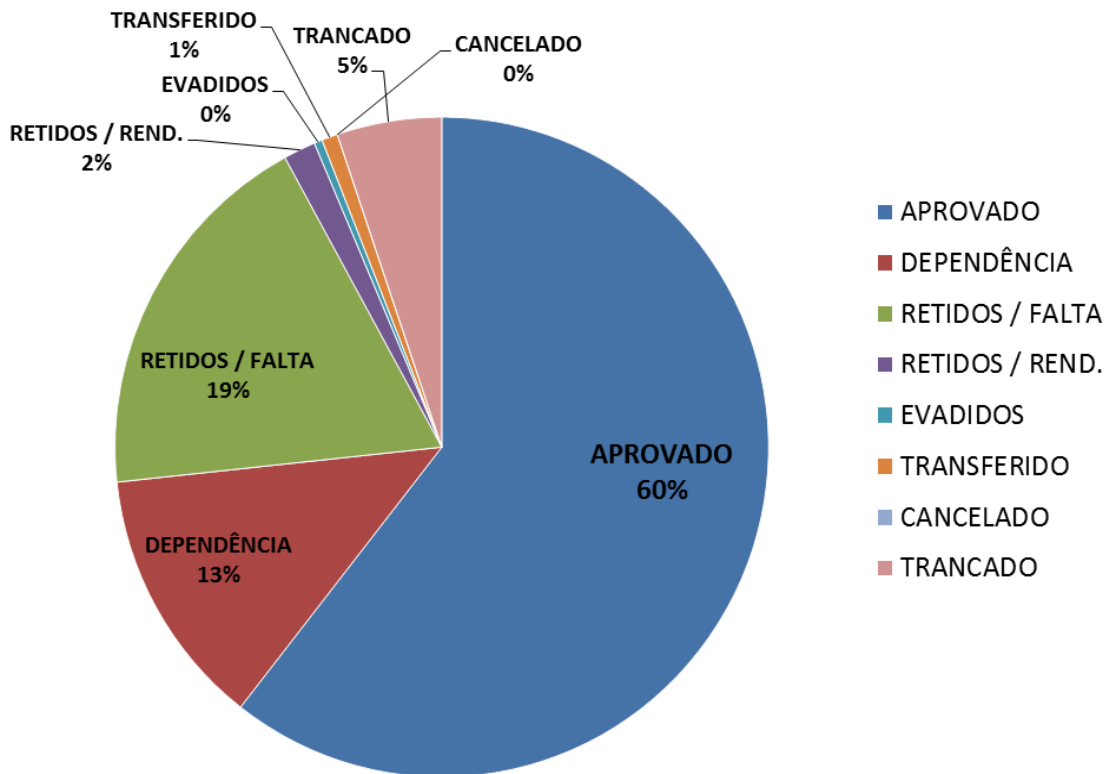


SUBSEQUENTE

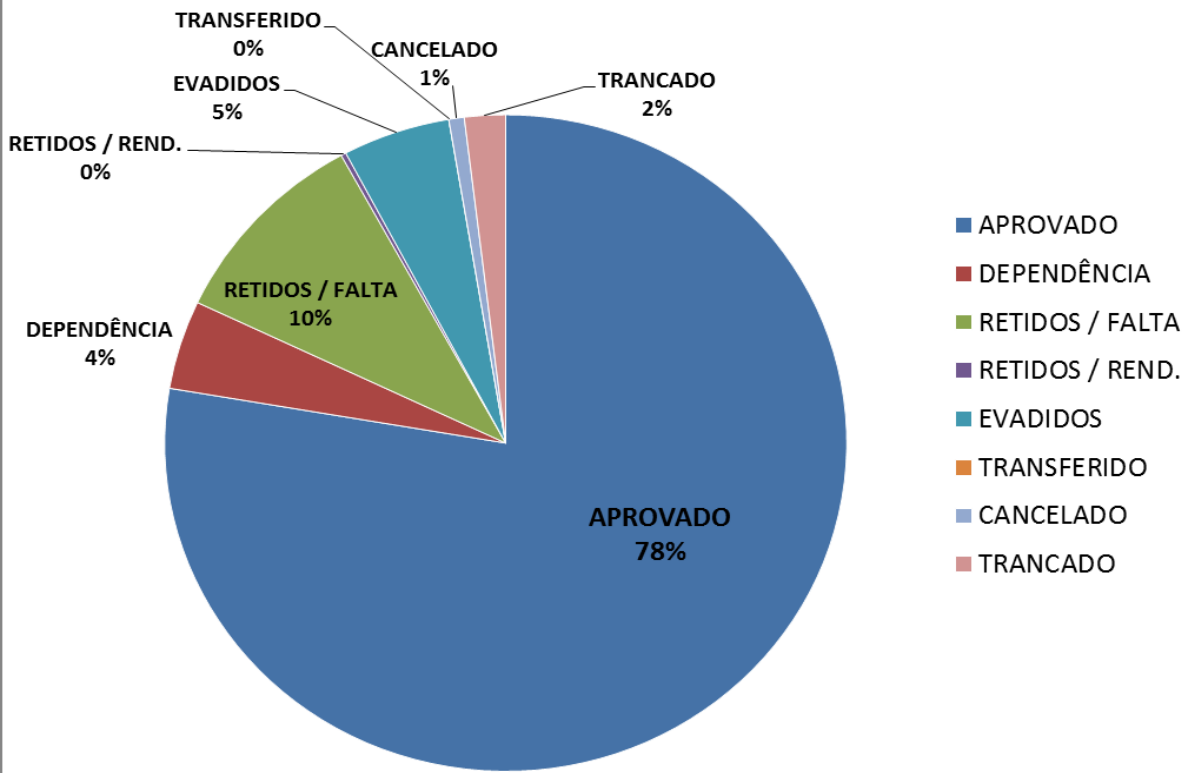
SUBSEQUENTE - PRESENCIAL - Ano Letivo 2011 - 418 Alunos



SUBSEQUENTE - PRESENCIAL - Ano Letivo 2012 - 251 Alunos

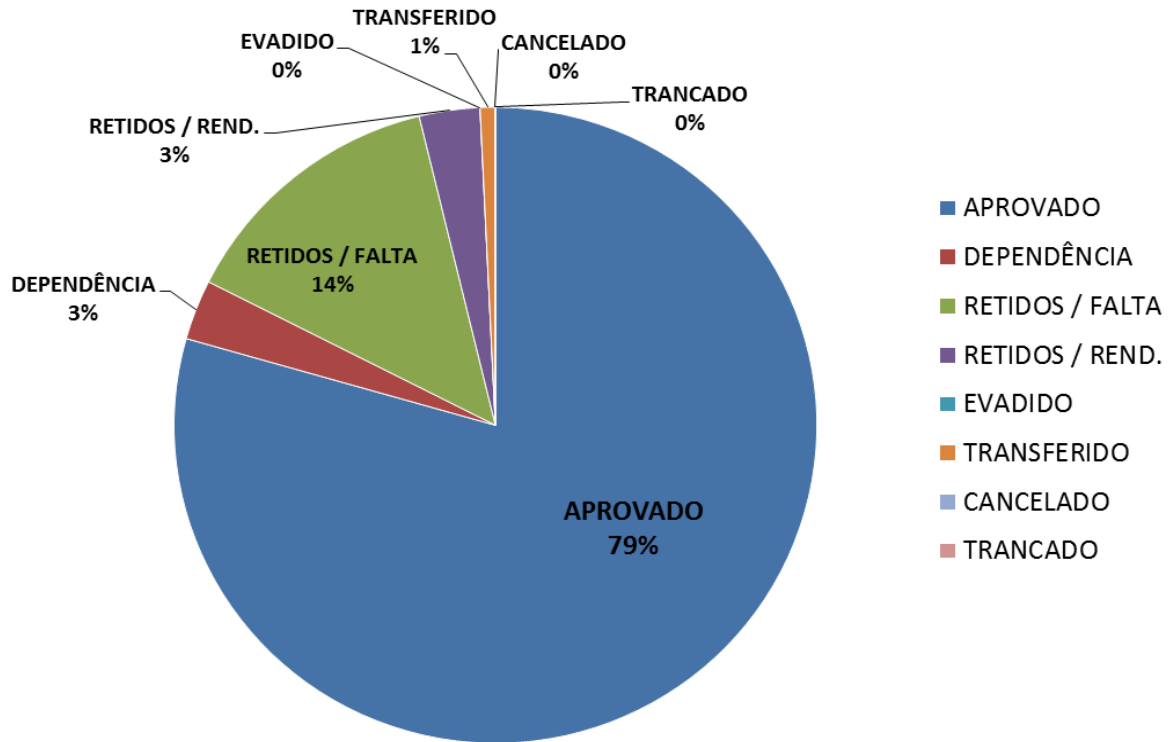


SUBSEQUENTE - PRESENCIAL - Ano Letivo 2013 - 412 Alunos

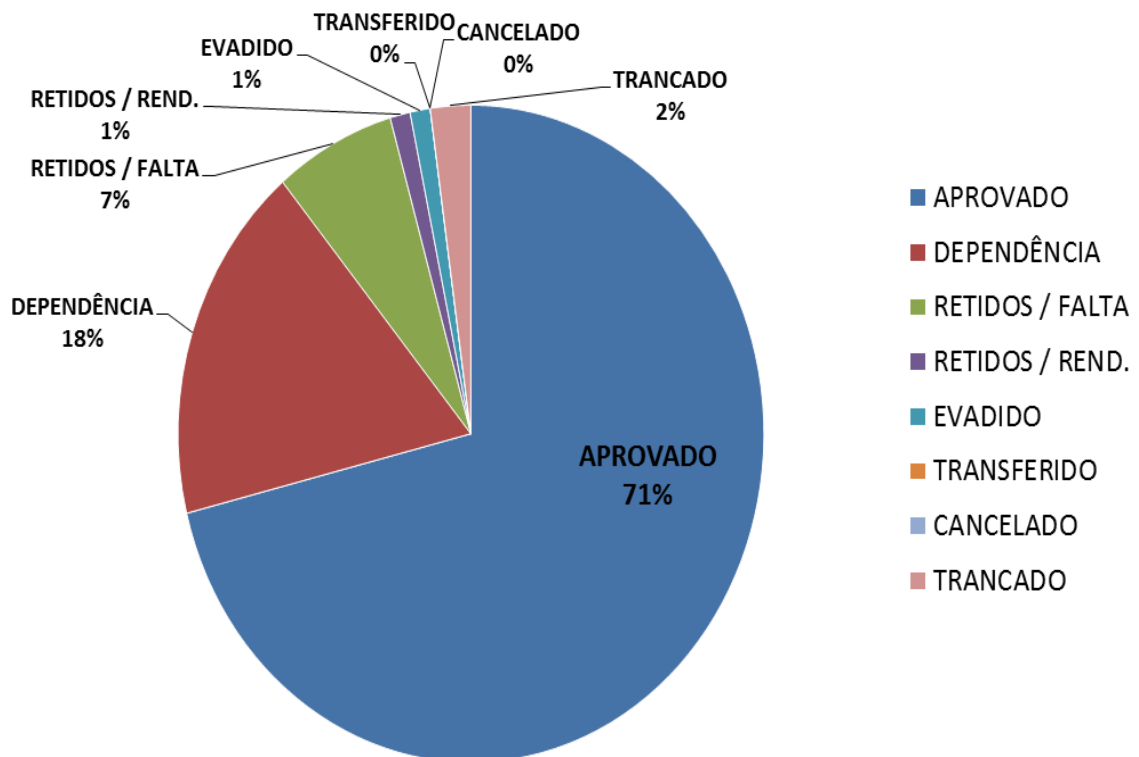


PROEJA

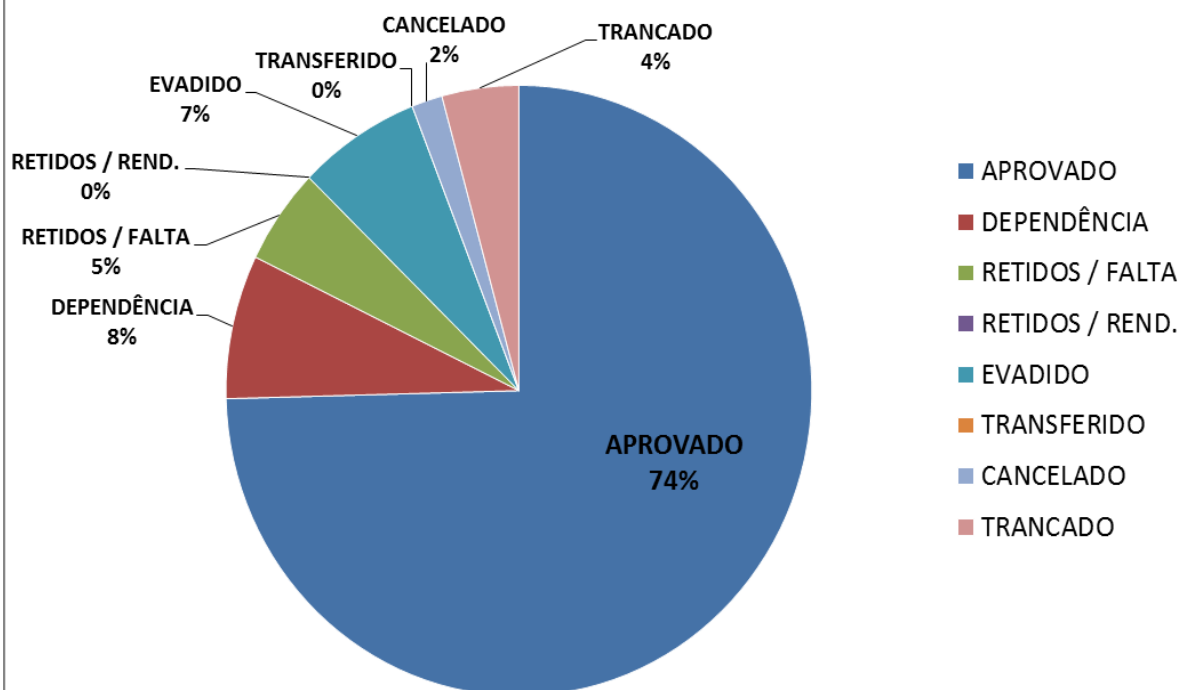
PROEJA - PRESENCIAL - Ano Letivo 2011 - 131 Alunos



PROEJA - PRESENCIAL - Ano Letivo 2012 - 90 Alunos



PROEJA - PRESENCIAL - Ano Letivo 2013 - 118 Alunos





Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM Campus Coari
Estrada Coari Itapeua, Km. 02 – S/N- Itamaraty
CEP: 69460000 Coari - Amazonas
www.cco.ifam.edu.br